

Leandro Assing

ENTRE FICAR OU PARTIR DO CAMPO; relações entre juventude rural, escola e pertencimento a organizações de agricultores que propugnam por propostas não produtivistas para o campo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Thaise Costa Guzzatti

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Assing, Leandro

ENTRE FICAR OU PARTIR DO CAMPO; : relações entre
juventude rural, escola e pertencimento a organizações de
agricultores que propugnam por propostas não produtivistas
para o campo / Leandro Assing ; orientadora, Thaise Costa
Guzzatti - Florianópolis, SC, 2016.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação. Graduação em Educação do Campo.

Inclui referências

1. Educação do Campo. 2. AGRECO. 3. Acolhida na Colônia.
4. Educação do Campo. 5. Juventude Rural. I. Costa
Guzzatti, Thaise. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Leandro Assing

ENTRE FICAR OU PARTIR DO CAMPO; relações entre juventude rural, escola e pertencimento a organizações de agricultores que propugnam por propostas não produtivistas para o campo

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof^a Dra. Thaise Costa Guzzatti
Orientadora

Prof^o. Dr. Valmir Stropasolas

Prof^a. MSc. Siuzete Vandresen Baumann

Florianópolis, 11 de Julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Edite e Romeu, que durante esses quatro anos de curso “seguraram as pontas” e permitiram que eu me dedicasse aos estudos. Sei das dificuldades que vocês passaram para que eu realizasse esse meu sonho e serei eternamente grato por isso. Obrigado por serem os melhores pais do mundo.

À minha Irmã Leonize que na minha ausência muitas vezes me substituiu nas tarefas da propriedade, auxiliando nossos pais.

Aos meus avós, Hilda e Roberto, que são o alicerce de toda essa história e sem dúvida nenhuma, atores principais e exemplos para todos da família. Amo muito vocês dois!

Aos meus amigos Ilson e Graziela, pessoas ímpares que sempre me incentivaram na continuidade dos meus estudos e estiveram juntos me dando força nos momentos mais difíceis dessa trajetória. Vocês foram muito importantes para a conclusão de mais essa etapa em minha vida.

Ao curso de Licenciatura em Educação do Campo e a UFSC por terem me proporcionado anos maravilhosos de muito conhecimento.

À minha orientadora Thaise, que conhece toda a minha trajetória de vida e para além da elaboração desse trabalho, teve papel fundamental no desenvolvimento da minha família e de muitas outras em Santa Rosa de Lima. A sua escolha por ser minha orientadora nessa importante etapa para a conclusão do curso ocorreu por admirar muito o seu trabalho e por saber que posso confiar. Obrigado pela ajuda, obrigado por fazer parte da minha vida!

Ao professor Wilson “Feijão” Schmidt por sempre ter acreditado e lutado pela nossa turma, não deixando ninguém desanimar nas horas das dificuldades. E também pela minuciosa leitura e sugestões na elaboração desse trabalho.

Aos meus colegas de curso que vivenciaram ao meu lado os momentos de angústias, felicidades, durante esses quatro anos de curso. Levarei todos esses momentos para o resto da vida.

Aos meus colegas que viraram grandes amigos, Cleimar, Karla, Denise, o grupinho dos inseparável dos trabalhos. Vocês fizeram a diferença nesses quatro anos.

Á Escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara e aos professores que me acolheram desde o ensino fundamental e médio, até na graduação, sempre me incentivando e proporcionando grandes aprendizados.

Enfim, só tenho a agradecer a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização deste e de todos os outros trabalhos desenvolvidos ao longo desses anos de estudos. Muito obrigado!

“...então, o camponês descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho monográfico trata de um estudo sobre o papel da escola na permanência do/as jovens, filhos e filhas de agricultores associados da Agreco e Acolhida na colônia no município de Santa Rosa de Lima. O objetivo geral consta em investigar fatores determinantes para jovens, filhos e filhas de associados da Agreco e Acolhida na Colônia, na decisão (mesmo que provisória já que são jovens) da permanência ou saída do município, tentando identificar o papel da escola neste contexto. Para realização desta pesquisa optou-se por desenvolver um estudo de caso com jovens do município de Santa Rosa de Lima. Ainda do ponto de vista metodológico, para a realização do estudo optou-se por uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados através de entrevistas, com o auxílio de um roteiro semiestruturado. Com a presente pesquisa foi possível identificar que as entidades pesquisadas são importantes para os jovens quanto a geração de renda, qualidade de vida e viabilização da permanência no município. Para além das entidades, as famílias e a valorização do local onde os sujeitos entrevistados moram também desempenham papéis importantes para essa permanência. No entanto foi possível identificar que embora a escola possa ter um papel fundamental ela possui pouca ou nenhuma participação neste contexto.

Palavras-chave: Agreco, Acolhida na Colônia, Juventude Rural; Educação do Campo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do município de Santa Rosa de Lima	25
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral

CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural;

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;

EDUCAMPO – Educação do Campo;

CED – Centro de Ciências da Educação;

ACOLHIDA – Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia;

PCH – Pequena Central Hidrelétrica;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PIAMER – Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede;

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo;

EAD – Educação a Distância;

FIES – Financiamento Estudantil;

PROUNI – Programa Universidade para Todos;

SRL – Santa Rosa de Lima;

PMSRL – Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima;

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência;

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina;

COOPERAGRECO – Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral;

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul;

UFP – Unidade Familiar de Produção;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	25
SANTA ROSA DE LIMA: BERÇO DA AGRECO, ACOLHIDA NA COLÔNIA	25
1.1 UM POUCO SOBRE SANTA ROSA DE LIMA.....	25
1.2 A CONFIGURAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA COMO UM PEQUENO MUNICÍPIO RURAL	27
1.4 SANTA ROSA DE LIMA E A AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR: O PASSADO SEM PERSPECTIVAS GEROU UM FUTURO PROMISSOR	29
1.3 A EDUCAÇÃO EM SANTA ROSA DE LIMA: ESCOLAS FECHADAS E POUCOS INDÍCIOS DE MELHORIA NO SISTEMA DE ENSINO.....	32
CAPITULO 2	37
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO DO CAMPO	37
CAPITULO 3	41
O RURAL COMO LOCAL DE POSSIBILIDADES PARA JOVENS LIGADOS A AGRECO E ACOLHIDA NA COLÔNIA	41
3.1 OS/AS JOVENS DE SANTA ROSA DE LIMA PARTICIPANTES DAS ASSOCIAÇÕES AGRECO E ACOLHIDA NA COLÔNIA.....	41
3.2 A VISÃO DOS/AS JOVENS SOBRE A AGRECO E ACOLHIDA NA COLÔNIA	44
3.3 PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO, EM SANTA ROSA DE LIMA	54
3.4 O PAPEL DA ESCOLA PARA O PRESENTE E O FUTURO DOS JOVENS.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE 1	87
APÊNDICE 2	89

INTRODUÇÃO

O município de Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina, é conhecido como Capital Catarinense da Agroecologia e Destino Referência em Turismo Rural Brasileiro. Este reconhecimento é resultado, principalmente, do trabalho desenvolvido por agricultores/as familiares reunidos em duas associações: AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) e Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, formalizadas em 1996 e 1999, respectivamente.

As associações mencionadas são resultado de um processo de reflexão, por parte de lideranças locais, sobre a situação do território das Encostas da Serra Geral - deprimido social e economicamente e a construção de iniciativas que buscaram reanimá-lo já no início da década de 1990 (GUZZATTI, 2010).

É neste contexto que minha trajetória de vida está inserida. Meus bisavôs/vós foram das primeiras famílias a chegarem nessa região e desde o início trabalharam com a agricultura de coivara e criação do porco macau para banha. Esta era uma época bastante rica para os agricultores, pois conseguiam sobreviver com dignidade da comercialização da carne e principalmente da banha. Meus avós, quando casaram, seguiram a mesma linha de trabalho, criando o porco macau e fazendo plantações de batata doce, milho, aipim, mandioca e inhame para alimentar os animais.

Durante muitos anos, meus avós conseguiram se manter trabalhando dessa forma, inclusive, ampliaram suas terras. A maioria das famílias do município trabalhava da mesma maneira. Segundo contam os meus avós com a entrada do óleo de soja no mercado, na década de 1960, a banha de porco passou a ser gradativamente substituída, deixando os agricultores em situação complicada. Sendo assim, muitas famílias mudaram de atividade e começaram a trabalhar com a queima da mata nativa para a venda do carvão vegetal e posteriormente também na fumicultura.

Neste período se intensificou a migração de pessoas de Santa Rosa de Lima para outros municípios e até outros estados, em busca de novas alternativas de rendas e melhores condições de vida (na minha

própria família, dois irmãos da minha vó, por dificuldades financeiras, foram obrigados a deixar suas terras em Santa Rosa de Lima e migrar para o Paraná em busca de novas oportunidades). Ao contrário dessas famílias que saíam de Santa Rosa de Lima, meus avós ficaram com seus filhos queimando carvão de mata nativa e iniciaram a produção de fumo, na esperança de conseguirem sobreviver ali, no local em que nasceram e construíram sua história.

Durante quatro anos meus avós, com meu pai e meu tio, plantaram fumo. Logo perceberam que era uma atividade muito desgastante, com a utilização de muito agrotóxico e pouco rentável. Assim, depois que conseguiram pagar o investimento feito na construção da estufa, abandonaram a atividade. Novamente foi um período bastante precário onde passaram bastante dificuldades. A solução para contornar essa crise foi, mais uma vez, a queima do carvão, mas agora com muitas restrições em virtude das fiscalizações (aperto da legislação ambiental). Algumas famílias do município passaram a fazer pequenos investimentos na produção leiteira destinada a fabricação de queijos coloniais. Outra vez a crise na agricultura levou muitas famílias embora.

Já no final da década de 1980, na intenção de sair da profunda crise instalada, algumas famílias começaram a produzir produtos como o mel de abelhas, morango, queijo e hortaliças para comercializar com atravessadores da região.

No início dos anos 90, mais precisamente em 1991, foi criada em Santa Rosa de Lima a *Guemüse Fest*¹. O propósito era a promoção

¹“O Gemüse é uma comida tradicional da região. Antigamente, a sua preparação e conservação necessitava de um verdadeiro ritual. No sábado à noite, a mãe depois de ter feito todas as suas tarefas, descascava as batatas inglesas. No domingo de madrugada, por volta das quatro horas, a mãe levantava e adicionava as folhas de couve ou repolho, que juntando com a batata-inglesa, completava o Gemüse. Muitas vezes juntavam-se pedaços de toucinho defumado, costelas de porco e salame. Deixando se ferver cerca de uma hora, estava pronto para ser amassado. Depois de amassado, a panela ainda quente deveria ser colocada numa cama, onde se cobria com travesseiros e cobertas de pena para conservar o calor. Terminada esta tarefa, a família ia à missa ou ao culto e quando este terminava, por volta das onze horas, retornavam para a casa encontrando o Gemüse ainda quente para ser servido” (TENFEN, 1997, p. 130-131 apud GUZZATTI, 2010, p. 106).

do encontro daqueles que haviam saído do município para tentar a vida na cidade com aqueles/as que haviam permanecido. Neste evento e nos que o sucederam, os debates promovidos pelos “que saíram” com os “que ficaram” mostrava a necessidade da criação de alternativas, especialmente para aqueles que desejassem continuar no território. É neste contexto que surge a proposta da produção de orgânicos.

Um dos filhos do município que havia migrado era dono de uma pequena rede de supermercados em Florianópolis e, de olho nas tendências de mercado, desafiou agricultores locais a produzirem alimentos sem venenos e adubos químicos, garantindo a venda em seus estabelecimentos (MÜLLER, 2001; GUZZATTI, 2010; MARTINS, 2013).

Neste período de reflexão sobre a necessidade de novos rumos para agricultura e para o território eu tinha apenas 5 anos. Cresci participando de reuniões – algumas acompanhando meus pais, outras aconteciam na casa deles ou de meus tios. Além disso, em casa o assunto – mudança no processo produtivo para a agricultura orgânica, associativismo e, posteriormente, pequenas agroindústrias e agroturismo, eram temas recorrentes. No início, “conversas chatas de adultos”, que foram sendo significadas com o passar do tempo, especialmente com aumento de minha compreensão sobre as dificuldades de continuidade da vida em um pequeno município e como agricultor. Por outro lado, ao vivenciar a realidade da AGRECO e da Acolhida na Colônia, ao longo de praticamente toda minha vida, fui construindo um olhar de possibilidades para estas iniciativas.

Paralelo a este processo e ao meu crescimento, frequentava a escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara, localizada no centro de Santa Rosa de Lima (sempre estudei lá, do ensino fundamental até o médio). Com o término do Ensino médio e o fato de conhecer a experiência do CEDEJOR (Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural)², por intermédio de primos e amigos que cursavam este programa

² Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando em quatro territórios da região Sul do país (Território Caminhos do Tibagi e Centro Sul do Paraná (PR), Vale do Rio Pardo (RS) e Encostas da Serra Geral (SC), procurando dar notoriedade para a causa dos jovens rurais e contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos de vida no campo. Com uma proposta de educação de caráter informal (pós-médio) e metodologia diferenciada da escola

de empreendedorismo do jovem rural, resolvi buscar esta formação complementar. Esta experiência permitiu ver o campo com outros olhos, um campo de riquezas e possibilidades de sobreviver nele e dele, ao contrário do que muitos diziam, incluindo a escola.

Na sequência, enquanto cursava o CEDEJOR, “apareceu” a oportunidade de fazer faculdade em Santa Rosa de Lima, onde ingressei no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

A EduCampo, assim como o Cedejor, configurou-se como mais uma estratégia mobilizada pelas lideranças comprometidas com a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável em Santa Rosa de Lima. Julgavam que era necessário ampliar a formação dos/as jovens locais, para solidificação de bases para mudanças. A presença de dois professores da UFSC, um deles fundador da AGRECO e, à época, na direção do CED – Centro de Educação da UFSC e, ambos, vinculados a Licenciatura em Educação do Campo, permitiu a proposição de uma turma em alternância no território (sede em Santa Rosa de Lima) (SCHMIDT, 2013).

Foi a partir da Universidade que comecei a me dar conta e questionar sobre a distância existente entre aquilo que estava acontecendo na minha vida – por conta das experiências que tinha a partir da AGRECO, Acolhida ou Cedejor – e a escola. Passei 12 anos na escola e nunca discutimos a realidade do nosso município, sobretudo condições de vida, agricultura e meio ambiente. Em momento algum conversamos na escola sobre a agroecologia, o agroturismo e o que estas iniciativas significavam para nosso município. Vinham pessoas de vários municípios (e até estados ou outros países) para conhecer o que estava se fazendo em Santa Rosa de Lima e os daqui não valorizavam estas coisas. Pior, muitos professores incentivavam somente a busca de oportunidades fora do município.

Passei a me dar conta que estava me tornando um sujeito reflexivo sobre minha realidade. Fui reafirmando minha intenção de

formal, voltado para o desenvolvimento dos jovens rurais, preparando esses jovens para enfrentar os atuais desafios do campo, principalmente o de tomarem iniciativas que melhorem sua condição de vida evitando o êxodo rural (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011).

continuar morando e construindo minha vida em Santa Rosa de Lima, a exemplo do que fizeram meus avós e pais.

O abandono do campo por jovens é tratado por diferentes autores, tais como Camarano e Abramovay, (1998); Matos, (2002); Ferrari (2003); Stropasolas (2011) e Zago e Bordignon, (2012), como uma das principais ameaças à continuidade da agricultura familiar. Diferentes motivos são elencados para esta migração, a saber: influência da mídia, busca pelo moderno, falta de autonomia e oportunidades de renda na propriedade rural, falta de lazer no meio rural, trabalho pesado e financeiramente pouco recompensado, escassez da terra, dificuldades para continuidade dos estudos, baixa autoestima, dentre outros.

Apesar de reconhecer esta situação em Santa Rosa de Lima, tenho percebido que muitos jovens do meu município, como eu mesmo, por exemplo, estão trilhando caminhos contrários ao anunciado no parágrafo anterior. Estão estudando e se preparando para a permanência – na propriedade rural (atividades agrícolas e não agrícolas como o agroturismo) ou no município, empreendendo em pequenos negócios. **Quais fatores estão sendo decisivos para isso? Será que isso realmente está ocorrendo?**

Com base nestes pressupostos e como “atividade” para finalizar esta etapa formativa, estabeleci como objetivo geral para meu estudo: **investigar fatores determinantes para jovens, filhos e filhas de associados da Agreco e Acolhida na Colônia, na decisão da permanência ou saída do município, tentando identificar o papel da escola neste contexto.**

Como objetivos específicos, foram definidos:

- Caracterizar o *locus* de estudo, ou seja, o município de Santa Rosa de Lima, situando as associações AGRECO e Acolhida na Colônia;
- Identificar fatores que estão contribuindo para a decisão de permanência ou saída de jovens no município e suas perspectivas para o futuro.

Para realizar esta pesquisa, optou-se por desenvolver um estudo de caso com jovens, filhos e filhas de associados da AGRECO e

Acolhida na Colônia. Segundo Godoy (1995, p. 25), o estudo de caso é “um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. É opção, também, quando se procura responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos atuais ocorrem e que só podem ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

Godoy (1995) destaca ainda que para uma apreensão mais completa do fenômeno, no estudo de caso, “é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta, assim como o contexto em que se situa. A divergência e os conflitos, tão característicos da situação social, devem estar presentes no estudo” (p. 25-26).

Na presente pesquisa, cabe destacar que embora o foco de estudo sejam os/as jovens da AGRECO e da Acolhida na Colônia, e que as entidades atuam em vários municípios das Encostas da Serra Geral e de outras regiões do estado, estaremos delimitando a pesquisa apenas aos/as jovens do município de Santa Rosa de Lima. A escolha por este município deu-se por ele ser a sede dessas duas associações e onde o trabalho desenvolvido por elas está mais consolidado.

Ainda do ponto de vista metodológico, para realização do estudo optou-se por uma abordagem qualitativa. Minayo (2001), aponta que este tipo de estratégia se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantitativo, trabalhando sempre em um universo de significados, motivações, aspirações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa é importante por compreender os valores, a cultura e as representações dos grupos sobre o tema pesquisado, abrangendo as relações processadas entre os grupos sociais, tanto no âmbito das instituições, como dos movimentos sociais (MINAYO, 1998 apud GUZZATTI, 2015).

Como estratégia de coleta de dados, definiu-se pela realização de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice 1). Segundo Martins (2004), a entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, que recebem as respostas do entrevistado.

Como universo de pesquisa, foi realizado um levantamento detalhado de todos/as os/as jovens³ com idades entre 15 a 29 anos, associados/as ou filhos/as de associados/as da AGRECO e Acolhida na Colônia, chegando-se ao total de 31 jovens. Destes, 3 são associados/as apenas à Acolhida na Colônia, 14 associados/as apenas à AGRECO e 14 associados/as a Acolhida na Colônia e AGRECO. Do universo total de jovens mapeados, definiu-se por um grupo de 16 jovens para a participação na pesquisa, dada a limitação de tempo para a realização do trabalho. Para seleção destes, os nomes foram listados em ordem alfabética e 16 foram selecionados, respeitando a paridade entre homens e mulheres. Após selecionados/as os/as 16 jovens, foi realizado um primeiro contato para verificar interesse e disponibilidade de participação na pesquisa, sendo que apenas um/a jovem teve que ser substituído/a (mantendo-se o critério da ordem alfabética e da paridade entre homens e mulheres).

Após a definição do universo de pesquisa, realizou-se um teste da aplicação do roteiro, buscando-se observar a pertinência das perguntas estabelecidas frente aos objetivos definidos, tempo de aplicação, além de outros fatores. Feitos os ajustes necessários, procedeu-se a realização das entrevistas que foram agendadas previamente. Um termo (Apêndice 2) de esclarecimento e concordância foi lido e assinado pelos/as jovens e as entrevistas foram gravadas.

Na intenção de preservar a identidade dos/as entrevistados/as, buscou-se denominá-los com nomes fictícios, mantendo característica do sexo.

O presente trabalho apresenta, além desta introdução que buscou situar a pesquisa em tela, uma apresentação de Santa Rosa de Lima em seu primeiro capítulo que será abordado em seguida. Buscou-se apresentar, mesmo que de forma não aprofundada, aspectos essenciais do município, tais como características físicas, geográficas, populacionais e educacionais. Ênfase maior foi dada ao processo de

³ Neste trabalho adotou-se o conceito de juventude expresso no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) o qual dispõe sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude. O Estatuto torna a realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos. (BRASIL, 2013).

criação das organizações foco de análise deste estudo, Agreco e Acolhida na Colônia. O segundo capítulo aborda o tema juventude rural, buscando compreender fatores determinantes para a migração, incluindo a questão do acesso a educação e do “tipo” de educação demandada pelos povos do campo. O terceiro capítulo aborda os resultados da pesquisa, mostrando o que pensam, sentem e desejam jovens, filhos e filhas de associados a Acolhida na Colônia no que diz respeito a permanência no campo e a relação com a escola.

CAPÍTULO 1

SANTA ROSA DE LIMA: BERÇO DA AGRECO, ACOLHIDA NA COLÔNIA

Este capítulo busca oferecer ao leitor uma breve caracterização do município de Santa Rosa de Lima e apresentar aspectos considerados fundamentais para o desenrolar deste estudo – a educação em Santa Rosa de Lima e a formação da AGRECO e Acolhida na Colônia.

1.1 UM POUCO SOBRE SANTA ROSA DE LIMA

Situado no Sul do Estado de Santa Catarina, Santa Rosa de Lima fica a aproximadamente 120 km de Florianópolis, capital do Estado. O município faz divisa (Figura 1) com Rio Fortuna, Anitápolis, Grão-Pará, São Martinho e Braço do Norte. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, 2016).

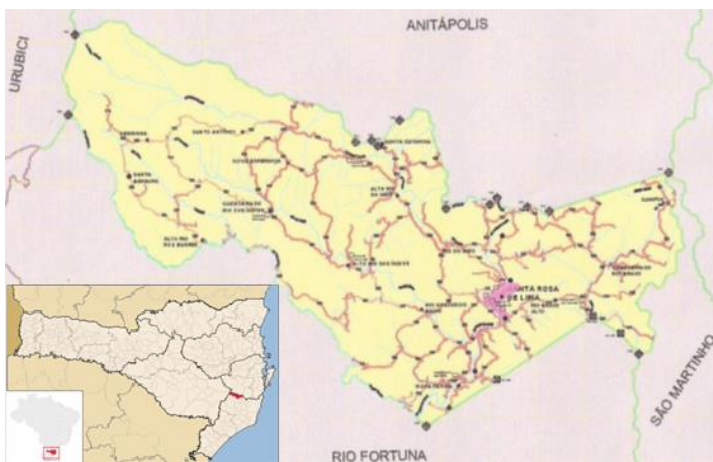


Figura 1: Mapa do município de Santa Rosa de Lima
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, 2016

Tenfen (1997), explicando o processo de colonização do território, destaca que os imigrantes alemães que se estabeleceram em Rio Fortuna, de onde mais tarde Santa Rosa de Lima se emancipou (1962), chegaram em 1872 e vieram de municípios vizinhos, principalmente de São Bonifácio, mas também de Anitápolis,

Teresópolis (hoje parte de águas mornas), Tubarão e São Pedro do Capivari (atual Armazém). Os alemães trouxeram para a região traços marcantes de sua cultura e costumes, tais como comidas típicas e danças.

O Município encontra-se localizado nas encostas da Serra Geral, considerado um corredor ecológico por estar situado entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Apresenta um relevo constituído de planície, denominada de Planície Meridional ao pé da Serra Geral e de superfícies onduladas e montanhosas, as Serras Cristalinas. Os solos predominantes são os Podzólicos Vermelho-Amarelo, secundariamente Cambissolos e solos Litólicos, que apresentam forte degradação por erosão e, em sua maioria, apresentam pouca ou nenhuma condição de mecanização (PMSRL, 2009, apud GUZZATTI, 2010).

Com relação à cobertura vegetal, a Floresta Atlântica era a originária. Segundo Santa Catarina (2002) apud Guzzatti (2010), esta vegetação revestia as planícies litorâneas e as encostas íngremes da Serra do Mar e da Serra Geral de modo a abranger todas as sub-bacias do rio Tubarão em ambientes marcados intensamente pela influência oceânica, traduzida em elevado índice de umidade, baixa amplitude térmica com formações vegetais associadas às formações das lianas e epífitas.

Müller (2001), destaca que com o intenso desmatamento empreendido ao longo da história da região e do município, atualmente prevalecem vegetações secundárias que surgiram em áreas anteriormente destinadas ao cultivo agrícola ou ao reflorestamento de eucalipto e pinus. Os remanescentes das florestas originárias estão situados em locais de difícil acesso, como nas encostas da Serra Geral.

Do ponto de vista dos recursos hídricos, Santa Rosa de Lima também é privilegiada. O Município é banhado pela bacia do Rio Braço do Norte, que apresenta como principais afluentes os Rios dos Bugres, Santo Antônio, Rio dos Índios e do Meio. Além disso, também possui fonte de água termo mineral. Se, por um lado, a abundância de recursos hídricos pode ser considerada uma oportunidade, por outro, apresenta-se como ameaça, vez que na área geográfica do município, três PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas) estão sendo/foram construídas. O assunto tem sido polêmico entre moradores locais, que denunciam

impactos na flora e fauna, especialmente decorrentes da diminuição da água do rio e a má qualidade da mesma.

1.2 A CONFIGURAÇÃO DE SANTA ROSA DE LIMA COMO UM PEQUENO MUNICÍPIO RURAL

Com uma área de 202,004 km², o município possui, segundo o último censo demográfico, 2.065 habitantes, sendo que 1.547 pessoas moram na área rural e 518 na “área urbana” do município (IBGE, 2010). Para esta distinção, o IBGE trabalha com limites administrativos entre rural e urbano, fixados pelos legislativos municipais, os quais caracterizam o rural como aquilo que “não é urbano” ou “o que sobra”. Seguindo Schmidt (2011), podemos questionar essa classificação, pelo fato de que todos os municípios estão geograficamente, socialmente, economicamente e culturalmente ligados ao campo. Cabe destacar que Veiga, já em 2004, sugeriu uma mudança nos critérios utilizado para esse tipo de delimitação. Para ele, uma abordagem mais realista deveria combinar tamanho populacional do município com suas densidade demográfica e localização. Assim, para o autor “a teia urbana” formada, à época, por 455 municípios, os quais concentravam 57% da população em 2000 seria o “Brasil inequivocamente urbano”. O problema encontrado seria distinguir todos os demais 5.052 municípios, em 2000, que não poderiam ser considerados como urbanos.

Considerado por Veiga (2004) como um critério importante para permitir a diferenciação entre o urbano e rural, a densidade demográfica reflete as modificações do meio natural ou o grau de artificialização do ecossistema, resultados de atividades humanas, identificando assim o grau de urbanização dos territórios. Combinando a densidade demográfica com o tamanho populacional, o autor classifica como de pequeno porte (ou rural) os municípios que apresentam simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km² e como de médio porte (ou ambivalente) os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou densidade superior a 80 hab/km², mesmo possuindo menos de 50 mil habitantes. Nessa perspectiva, Veiga (2004) conclui que o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula. Dessa forma,

[...] o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em

vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 - esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades. (VEIGA, 2004, p. 10).

Possuindo uma população de pouco mais de dois mil habitantes e uma densidade demográfica de apenas 10,22 hab/km², concluímos, a partir das reflexões de Veiga, que Santa Rosa de Lima é essencialmente rural, não apenas por considerarmos a sua classificação, mas por vivenciarmos todos os dias características socioculturais e de relação com o ambiente, já citadas nesse trabalho.

Contando com 567 estabelecimentos agropecuário, segundo dados do censo agropecuário de 2006, as principais fontes de renda das famílias de Santa Rosa de Lima provêm de atividades baseadas na agricultura e pecuária em pequenas propriedades do modelo familiar de produção. Destacam-se na agricultura do município o cultivo orgânico ou convencional de hortaliças, legumes e frutas, além da fumicultura e produção de milho para silagem. Na pecuária, a criação de bovino de corte e leite é bastante expressiva, havendo também produção de suínos e aves. No que tange à produção orgânica, a criação de frangos (seis produtores), vem ganhando destaque nos últimos anos. O setor madeireiro e de reflorestamento com pinus e eucalipto também possui uma forte representação no município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA, 2016).

Na última década vem crescendo bastante o setor de serviços, com o desenvolvimento do agroturismo. No segmento industrial, destacam-se dois laticínios e sete agroindústrias que beneficiam ou transformam matérias primas orgânicas pertencentes à rede AGRECO. Por conta do trabalho com produção orgânica e agroecológica o município detém, desde o ano de 2007, o título de Capital Catarinense da Agroecologia.

Quanto ao agroturismo, o município é sede da Acolhida na Colônia, associação que agrega unidades familiares de produção da

região e as prepara para receber visitantes em busca de tranquilidade e do conhecimento da vida no campo.

1.4 SANTA ROSA DE LIMA E A AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR: O PASSADO SEM PERSPECTIVAS GEROU UM FUTURO PROMISSOR

A AGRECO, conforme destacado na introdução deste trabalho, foi fundada em 1996, a partir da mobilização de atores sociais locais (não necessariamente que moravam no município, mas que eram originários dele), os quais buscavam, dentre outras coisas, alternativas para dinamização do município.

A associação iniciou com um grupo de doze famílias, as quais dedicavam-se basicamente à produção de hortaliças. A comercialização era garantida pelo proprietário da Rede de Supermercados Santa Mônica, natural de Santa Rosa de Lima e grande incentivador para implantação da produção orgânica no município. (MARTINS, 2013; GUZZATTI, 2010)

Com o aumento da produção e da comercialização, em 1997, o número de famílias ampliou-se de 12 para 20 e em 1998 subiu para 50 famílias, enquanto de associados chegou a 200, possibilitando assim uma maior diversificação da produção. Cerca de 30 dessas famílias eram de Santa Rosa de Lima, as demais residiam principalmente em Gravatal e Rio Fortuna. (GUZZATTI, 2010; MARTINS, 2013)

Martins (2013), destaca que o acelerado crescimento da Associação, ocorreu graças ao bom retorno financeiro dos associados e também as discussões para a implementação do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede – Piamer, prevendo a construção de 53 agroindústrias, “estimulando um amplo processo de desenvolvimento solidário, impulsionado pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e renda” (AGRECO, 1998 apud MARTINS, 2013 p. 153). Segundo Martins (2013), o rendimento *per capita* dos produtores associados na AGRECO no ano de 1998, chegou a R\$ 500,00, representando uma quantia significativa para à época. (MARTINS, 2013)

Ainda em 1998, o Ministério da Agricultura lança uma nova linha de financiamento vinculada ao Pronaf: o PRONAF Agroindústria. Através de recursos do PRONAF Agroindústria, e indicação por parte do Cepagro, deu-se início a construção das pequenas agroindústrias familiares na região (Projeto Piamer) para beneficiar a matéria prima existente e agregar valor aos produtos. Das 53 agroindústrias previstas no projeto, 29 foram implementadas, sendo 14 em Santa Rosa de Lima e as demais distribuídas nos municípios das Encostas da Serra Geral (MÜLLER, 2001; GUZZATTI, 2010; MARTINS, 2013).

É importante destacar que a AGRECO passou (e passa) por inúmeras crises, as quais afetam especialmente seus agricultores/as associados/as. Um dos problemas é que de um conjunto de 44 produtos distribuídos em oito categorias (geleias e doces, conservas, molhos de tomate, frango, mel, açúcar, melado e banana passa) (Guzzatti et al, 2012), alguns possuem amplo mercado e, por consequência, seus produtores obtêm remuneração satisfatória. Outros, no entanto, possuem escoamento reduzido, deixando seus produtores em situação precária.

Durante o final da década de 90, acompanhando o processo de fortalecimento da AGRECO, surgiram os primeiros debates para o desenvolvimento do agroturismo. Havia, à época, quantidade significativa de pessoas interessadas em conhecer a experiência da AGRECO com a produção orgânica e o projeto pioneiro de agroindústrias modulares em redes, não havendo, no entanto, infraestrutura no município para acomodar os visitantes. Surge, desta forma, a oportunidade de construção de alternativas para hospedagem e alimentação dos visitantes no meio rural. Algumas famílias, inicialmente quem já estava produzindo orgânico, toparam o desafio e começaram a receber visitantes em quartos coloniais em suas próprias residências ou adaptaram espaços abandonados nas propriedades para o acolhimento de visitantes (GUZZATTI, 2010). Após muitas conversas e uma forte integração entre os agricultores participantes, em 1999 foi constituída legalmente a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, ligada a entidade francesa Accueil Paysan (GUZZATTI, 2010; ASSING, 2014). A Acolhida na Colônia, demonstra o compromisso das organizações que se constituíram neste período de crises, onde buscavam

(...) contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, complementando

a sua renda através das atividades de agroturismo, buscando valorizar as atividades dos associados, oferecendo alternativas para que permaneçam no campo, resgatando sua história e seus valores culturais, transformando sua prática de produção agrícola pela adoção da agricultura ecológica, possibilitando aos associados a sua capacitação/formação/profissionalização segundo os princípios e técnicas da agricultura ecológica (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 1999 p.1)

As duas entidades, AGRECO e Acolhida na Colônia, buscam fortalecer uma imagem de marca que reconhece e valoriza os saberes do campo, sendo este um diferencial para atração de visitantes urbanos, assim como a cultura rural, paisagens etc. Neste sentido, assim como minha família, “os agricultores familiares que recebem turistas desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem (contato com os animais, conhecimento sobre plantas, ritmo da estação, etc.)” (Acolhida na Colônia, 1999 p.2). Procuram desenvolver o local, mantendo um espaço rural com vida, proporcionando perspectivas de futuro e permanência no campo para os jovens e as mulheres; ou seja, àqueles que em primeiro lugar tendem a deixar o campo (ASSING, 2014).

Como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pela qualidade dos serviços prestados pelas associações, ao longo dos anos, foram sendo conquistados “títulos” importantes. No ano de 2007, a aprovação de um projeto de lei elaborado pelos deputados Joares Ponticelli (PP) e Padre Pedro Baldissera (PT), na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, outorgou ao município de Santa Rosa de Lima, o título de Capital Catarinense da Agroecologia. Essa aclamação só foi possível, graças ao trabalho realizado pela AGRECO e seus associados, por disseminar, durante a sua história o uso de técnicas alternativas de manejo sustentável do solo e de tantos outros recursos naturais. (BERTOLDO WEBER, 2007).

No ano de 2007, foi a vez da Acolhida na Colônia ser contemplada com o título de Destino Referência em Turismo Rural do Brasil pelo Ministério do Turismo. Brasil ([20-?]) cita que projeto tinha como finalidade a organização de um “produto” local dentro da perspectiva de um segmento turístico (no caso da Acolhida na colônia, o segmento de Turismo Rural), construindo assim um modelo referencial

para servir como base para outros destinos dessa mesma vocação. Destaca-se ainda o recebimento do prêmio "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas", em 2005.

Esses títulos reforçaram ainda mais a importância dessas duas entidades para o município, assim como contribuem para inserção do município na mídia e, com isso, a ampliação do fluxo de visitantes e o aumento das vendas dos produtos da Rede AGRECO.

Assing (2014) avalia que atualmente, após 18 anos de sua fundação, a Agreco conta com 85 propriedades e 16 agroindústrias associadas em 9 municípios do território das Encostas da Serra Geral, todas certificadas como orgânicas. Dentre o conjunto de associados, 46 propriedades estão localizadas em Santa Rosa de Lima. Já a Acolhida na Colônia atua em 24 municípios possuindo 120 agricultores associados em atividade. Em Santa Rosa de Lima, 17⁴ propriedades oferecem serviços e produtos turísticos, tais como a venda de produtos, hospedagem, refeições, turismo pedagógico, pescaria, entre outros.

1.3 A EDUCAÇÃO EM SANTA ROSA DE LIMA: ESCOLAS FECHADAS E POUCOS INDÍCIOS DE MELHORIA NO SISTEMA DE ENSINO

Com relação à educação, dados do censo escolar (INEP, 2014), mostram que o município de Santa Rosa de Lima conta com três estabelecimentos de ensino em atividade, sendo dois da rede pública municipal e um da rede pública estadual. Possuía, à época, 411 alunos matriculados, da creche ao ensino médio. As escolas estão localizadas no perímetro urbano.

Entre as escolas municipais, constam o Centro de Educação Infantil Recanto Alegre e o Centro Educacional de Santa Rosa de Lima, popularmente conhecido como “núcleo”, em virtude do processo de nucleação ocorrido com as escolas multisseriadas até o ano de 2005. O “núcleo” atende os anos iniciais do ensino fundamental.

Da rede pública de ensino estadual, consta apenas a Escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara, atendendo os alunos do 6^a ao

⁴ Informações do escritório da Acolhida na Colônia referente ao ano de 2016.

9ª ano do ensino fundamental e primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio regular e inovador. Ela funciona em regime de colaboração com a secretaria municipal de educação atendendo alunos das séries finais do ensino fundamental.

Em 2016, o Ensino Médio Inovador em Santa Rosa de Lima é realizado com as três turmas do Ensino Médio do período matutino, atendendo jovens que habitam tanto no perímetro urbano quanto fora dele.

Baumann (2012) cita que até 1997, o município de Santa Rosa de Lima possuía 17 escolas multisseriadas, sendo que 16 delas estavam localizadas “no meio rural” e apenas uma “na sede do município”. Segundo a autora, o processo de nucleação teve como principais argumentos a disponibilização do transporte escolar seguro, de professores mais qualificados, de melhores oportunidades de aprendizagens, melhoria na qualidade de ensino e infraestrutura, dentre outros. O processo de nucleação das escolas isoladas no município de Santa Rosa de Lima iniciou em 1998, apesar da ampla maioria das comunidades rurais terem se posicionado contrárias a este processo, conforme destaca Baumann (2012). A autora apresenta, em sua dissertação de mestrado, o processo de fechamento das escolas do interior. Segundo ela, até a década de 1990, “as escolas estavam bem distribuídas no espaço rural. As crianças ficavam mais próximas de suas famílias, as famílias mais próximas da escola de seus filhos e, ainda, na maioria dos casos, o (a) professor (a) pertencia à comunidade” (p. 66). No entanto, o processo de nucleação foi implementado. Os gestores públicos apoiaram-se na precariedade das escolas, dado que apresentavam, nas palavras de Baumann (2012),

ensino fundamental restrito à 4ª série; um professor para as quatro séries; professores leigos ou com pouca formação; recursos didáticos escassos; ausência de acervo bibliográfico; falta de assistência médica, odontológica e pedagógica; isolamento da escola; situação precária dos prédios escolares (resultado da falta de manutenção)” (p. 66).

A situação era agravada pela falta de condições de trabalho dos/as professores/as. Segundo argumentos dos gestores públicos,

citados por Baumann (2012),

(...) passavam a metade do período na cozinha, preparando a merenda ou lavando pratos, limpando a escola, realizando trabalhos de secretaria ou, para aqueles que não moravam na localidade, no deslocamento” (pg. 66-67).

O processo de nucleação foi finalizado em 2005, com 16 escolas fechadas. Para Baumann (2012), no entanto, a condição de precariedade teve continuidade, mudando apenas de patamar. Ela destaca que

os professores já não são mais leigos ou não habilitados. Agora a maioria tem até pós-graduação, mas a quase totalidade tem contratos temporários. Há um grande problema de desmotivação e baixa frequência. Os professores também não são mais das localidades e não têm senso de pertencimento em relação a elas e, de forma mais geral ao campo. Assim, prevalece a **pouca ligação com as questões ligadas ao rural e a visão dele como um espaço de futuro**, de qualidade de vida e de desenvolvimento. Os prédios continuam sendo considerados inadequados e mal localizados. Seja porque persistem problemas de manutenção, seja porque eles não acompanharam as melhorias constatadas nas escolas de centros urbanos. Ou ainda, por estarem no perímetro urbano do município, são considerados barulhentos, apertados e plenos de fatores de dispersão e indisciplina. Da difícil caminhada à escola próxima passou-se à sensação de “risco” com o transporte escolar para a escola distante. E a essa distância física da escola parece somar ou multiplicar uma distância subjetiva em relação à escola. Há indícios de que a educação foi completamente transferida para a escola. A aposta na melhoria da qualidade do ensino ficou apenas na promessa e no discurso (p. 154, grifo nosso)

Concordo com a constatação de Baumann (2012) que, aliás, foi minha professora e é conhecedora do tema, não só como pesquisadora, mas como aluna e posteriormente professora da escola de Santa Rosa de

Lima. Estudei toda minha vida na escola Aldo Câmara, utilizei o transporte escolar e vivenciei toda esta precariedade apontada pela autora. Hoje, cursando a Educação do Campo há praticamente 4 anos, percebo que não podemos aceitar esta situação, afinal temos assegurado pela Constituição Federal, direto a uma “Educação Pública, Gratuita e de Qualidade”.

O capítulo seguinte aborda os temas de juventude rural e Educação do Campo estará apontando a educação do campo como uma alternativa que possibilite aos sujeitos do campo terem uma educação voltada para sua realidade, ao contrário do que ocorre atualmente nas escolas do município.

CAPITULO 2

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesse trabalho, optou-se por delimitar como foco de pesquisa os jovens na faixa etária dos 15 a 29 anos, conforme classifica o Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013.

O Estatuto da juventude denomina o termo “Juventude Rural” como sendo bastante diversificado. Nele, estão inseridos mulheres e homens da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros. É por conta desta diversidade de jovens do campo, das florestas e das águas que Puntel, Paiva e Ramos (2011) dizem que na atualidade a definição de juventude tem sido estabelecida de sua forma plural – juventudes. “Utilizando os dados de IBGE (2010), essa diversidade de juventudes no Brasil soma 8 milhões de pessoas e cerca de 27% da população rural brasileira” (MDA, 2016).

A juventude rural vive um dilema entre o ficar ou sair do campo. Para Stropasolas (2011), entre as motivações para deixar a agricultura, algumas estão relacionadas aos desafios encontrados na sucessão das propriedades rurais. Para o autor, questões como a falta de autonomia financeira dos filhos/as, pouca participação nas tomadas de decisões que afetam a unidade familiar, o modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai como chefe da família e na dificuldade dos pais aceitarem as ideias e inovações propostas pelos filhos/as, acabam acarretando descontentamento e desconforto por parte dos filhos/as e, conseqüentemente, sua saída da propriedade. Neste quadro, o autor considera que Iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda para jovens, precisam ser pensadas para o campo, contemplando atividades agrícolas e não agrícolas como o turismo rural (como é o caso da Agreco e da Acolhida na Colônia com o trabalho de produção orgânica e agroturismo), e a oferta de serviços em geral no campo. Nessa perspectiva, Stropasolas (2011), identifica, ainda, que os núcleos familiares com sistemas produtivos mais diversificados, principalmente os que se baseiam na agroecologia, tendem a criar condições para uma gestão mais participativa. Estas unidades, em geral, favorecem o diálogo entre a família, vez que necessitam da contribuição de todos, seja no

trabalho, nas habilidades e no conhecimento, de modo que o acesso dos jovens e mulheres à renda, ao conhecimento e a participação nas entidades, associações e espaços públicos estejam mais presentes (STROPASOLAS, p. 28, 2011).

Um ponto decisivo no futuro do/a jovem é a educação. Na agricultura familiar, essa regra persiste atualmente, mas é garantia de ficar ou sair do campo. Geralmente, filhos/as que vão assumir as propriedades dos pais são aquele(a)s que possuem uma formação educacional precária, não obtendo perspectivas de futuro na cidade. Stropasolas (2011), identifica que o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, figurando como condição quase que indispensável para garantir uma inserção social mais digna (STROPASOLAS, p. 27, 2011).

Essa perspectiva, corrobora com muitas falas que ouvimos no dia a dia da sociedade, principalmente na escola. Falas como “estuda se não você vai plantar batata”, ou, “você vai estudar ou vai querer pegar no cabo da enxada que nem teu pai” surgem de professores, alunos e dos próprios agricultores, transmitindo a falsa imagem de que a agricultura é incapaz de permitir uma inserção social digna. O interesse de possibilitar um estudo para os filhos está interligado diretamente com a visão de saída do campo para conseguir uma qualidade de vida melhor.

A Educação do Campo está em sintonia com a perspectiva de “mudar a cara” da educação para (e pelos) os povos do campo. Ela surge no final da década de 1990, a partir, das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade. Tem como eixo principal a unificação de lutas por uma política pública de Educação do Campo que garanta o direito à educação às populações do campo e que as experiências político-pedagógicas desses sujeitos sejam reconhecidas pelo sistema público em suas esferas correspondentes. (FONEC, 2012).

Segundo Caldart (2002), a perspectiva da Educação do Campo é de educar a população que trabalha no campo, para que se articule e assumam a condição de “sujeitos construtores de sua própria história”. Nesse sentido, a escola do campo precisa ter flexibilidade com relação a horários, currículos, escolha de materiais, de atividades e até mesmo do espaço utilizado nas aulas. Ela existe dentro de uma organização geral,

mas adquirindo uma concepção territorial pensada com os sujeitos e pelos sujeitos a partir de suas especificidades. Não é, desta forma, apenas uma estrutura física, pensada por poucas pessoas que não conhecem as especificidades da região do campo onde ela está inserida.

Nesse contexto, o papel da escola do campo deve ser exercido de modo a permitir aos estudantes que formem e transformem sua visão de mundo e aprendam a analisar a realidade (CALDART, 2010, P. 185). Possibilitando assim, a visão do campo como um local de possibilidades e desenvolvimento sustentável, que contribui para formar melhores condições de vida para seus habitantes.

Essa visão de um campo como um local de possibilidades e desenvolvimento sustentável, será trabalhado mais detalhadamente no capítulo seguinte, que abordará as análises dos resultados das entrevistas com os jovens associados e filhos de associados da Agreco e Acolhida na Colônia no município de Santa Rosa de Lima.

CAPITULO 3

O RURAL COMO LOCAL DE POSSIBILIDADES PARA JOVENS LIGADOS A AGRECO E ACOLHIDA NA COLÔNIA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com jovens, filhos e filhas de agricultores associados na AGRECO e Acolhida na Colônia, na decisão da permanência ou saída do município de Santa Rosa de Lima, SC. Foram entrevistados, conforme descrito na introdução que aborda os procedimentos metodológicos, dezesseis jovens, sendo oito homens e oito mulheres. Buscou-se desvelar os fatores que estão contribuindo para a decisão de permanência ou saída de jovens do município e suas perspectivas para o futuro, identificando o papel exercido pela escola neste processo.

3.1 OS/AS JOVENS DE SANTA ROSA DE LIMA PARTICIPANTES DAS ASSOCIAÇÕES AGRECO E ACOLHIDA NA COLÔNIA

As oito mulheres entrevistadas estão na faixa etária entre 17 aos 28 anos, sendo que todas já concluíram o Ensino médio na Escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara. Destas, Maria, Bruna e Márcia estão cursando atualmente o ensino superior e Juliana, Adriana e Terezinha já o concluíram. Destaca-se que uma das entrevistadas, Adriana, está fazendo o segundo curso superior.

No âmbito do local de moradia e das atividades profissionais desenvolvidas pelas entrevistadas, Patrícia, que é filha de associados da Agreco e da Acolhida na Colônia, mora no centro de Santa Rosa de Lima e possui um empreendimento comercial. Diferente de outros negócios do município, Patrícia, claramente, buscou incorporar ao seu comércio conceitos que foram base do desenvolvimento das associações. Isso é explícito no nome do empreendimento - “Encostas da Serra” e na arquitetura, através da valorização de elementos de construção germânica. Além disso, utiliza matérias primas de origem vegetal e animal provenientes da propriedade da família e há um esforço de valorização de receitas culinárias típicas locais, a exemplo do pão de milho e da rosca de polvilho. Para além disso, a proprietária está em processo de certificação de alguns de seus produtos para comercialização em feiras e mercados através da AGRECO.

Maria, outra das jovens entrevistadas, mora no centro apenas durante a semana, já que precisa se deslocar até a cidade de Orleans para cursar o ensino superior. Destacou, no entanto, que nos finais de semana volta para a casa dos seus pais onde participa dos trabalhos da propriedade. As demais entrevistadas informaram que moram em comunidades rurais do município, em propriedades rurais.

Do ponto de vista profissional, as jovens Márcia e Adriana afirmaram trabalhar na agricultura. As demais entrevistadas prestam serviços diversos, geralmente no perímetro urbano do município de Santa Rosa de Lima, ou/e dedicam-se aos serviços domésticos e aos estudos.

Com relação aos oito homens entrevistados, estão na faixa etária entre 15 aos 29 anos. Os jovens José, Paulo e Carlos cursam o Ensino Médio na Escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara. Já João, Antônio, Luiz e Lucas estão cursando o ensino superior e o jovem Pedro fez o curso técnico de Agrimensor.

É interessante ressaltar a quantidade de jovens que deram continuidade aos estudos pós Ensino Médio. Há que se demarcar que, na região, a ampliação do acesso ao ensino superior aos jovens oriundos do meio rural é consequência, além da ampliação da demanda, da melhoria nas condições de oferta (universidades regionais; expansão das universidades públicas, cursos EAD; disponibilização de transporte por parte de prefeituras municipais, além de políticas públicas de incentivo ao acesso e permanência no Ensino Superior como o Fies⁵ e o Prouni⁶, por exemplo. Autores como Cunha (2011) e Zago (2012), corroboram com essa perspectiva de que atualmente os jovens estão cada vez mais ingressando nas universidades através do incentivo das políticas públicas e por buscar trabalho especializado, decorrente do crescimento econômico do país.

No caso de Santa Rosa de Lima (SRL), um fato que contribuiu para a democratização do acesso ao nível superior foi a implantação de uma turma da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC no município (Turma 4, em 2012). O caráter de itinerância da EduCampo permitiu a interiorização da turma e, através de convênio estabelecido

⁵ Financiamento Estudantil

⁶ Programa Universidade Para Todos

entre UFSC e Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, as aulas passaram a ocorrer semanalmente de forma alternada, com uma semana de aula e a outra dedicada à realização do tempo comunidade (segundo os preceitos da Pedagogia da Alternância⁷). Além disso, foi feita uma consulta aos estudantes que escolheram os turnos vespertino e noturno para realização das aulas, o que lhes permitiu a continuidade das atividades em suas unidades familiares de produção ou outras, que desenvolviam.

Além da flexibilização do calendário e da interiorização, o apoio disponibilizado (alimentação para os momentos de aula no tempo universidade; deslocamentos, quando necessário, para Florianópolis; alojamento para os alunos de fora do município e ainda a possibilidade de inserção em programas como o Pibid Diversidade⁸, (o qual concedia bolsa aos estudantes) permitiu que 28 jovens do município ingressassem no curso, com a perspectiva de que 15 concluam. Dos/as entrevistados, três jovens fazem a EduCampo.

Os jovens João e Lucas estão morando na grande Florianópolis, vez que cursam o Ensino Superior na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Com a exceção do Luiz, todos os demais moram em comunidades rurais do município. Os entrevistados citaram ocupações diferentes, sendo que João e Pedro se caracterizam como agricultores (mesmo não estando diariamente em suas propriedades, já que estão estudando ou trabalham em outras atividades não-agrícolas). Pedro é agrimensor e presta serviços para outros agricultores. João estuda agronomia e afirma trabalhar na propriedade nos finais de semana e

⁷ A alternância acontece através de “momentos” pedagógicos que interagem – chamados de “Tempo Universidade” e “Tempo Comunidade”, os quais visam envolver o educando num processo educativo uno, que articula a experiência acadêmica (universitária) propriamente dita com a experiência de trabalho e vida no seio da comunidade onde vive (LECAMPO, 2012).

⁸ O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade – Pibid Diversidade, tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo, concedendo bolsas a alunos matriculados em cursos de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas em escolas de educação básica indígenas e do campo (incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas) (BRASIL, 2013).

períodos de férias. Carlos está cursando atualmente o último ano do ensino médio e trabalha no contra-turno na propriedade de seus pais. José, Antônio e Paulo, que também são estudantes, afirmam auxiliar, sempre que possível, seus pais ou familiares nas atividades das unidades familiares de produção. As exceções, em relação a esse tipo de trabalho, são Lucas, que é estagiário no laboratório de Engenharia de produção da UNISUL, e Luiz, que é assistente contábil no escritório da Cooperagreco.

Quando os/as jovens foram questionados/as sobre a profissão de seus pais, apesar de haver diversidade de ocupações, a maioria é agricultor/a. Os/as jovens entrevistados/as relataram que os pais eram⁹: autônomo (1), agricultor (8), professor (3), aposentado/a e vereador (2), técnico agrícola (1), engenheiro agrônomo (1). Já as mães eram: estudante e agricultora (1), agricultora (12), dona de casa (1) e professora (2).

Interessante destacar a ampla identificação das mães dos/as entrevistados/as como agricultoras. Rafalski (2015), em seu estudo que relacionou educação, questões de gênero e juventude rural no município de Major Viera (SC), observou que suas entrevistadas identificavam as mães como domésticas/do lar, apesar da maioria delas serem agricultoras. A autora concluiu que isso era reflexo das desigualdades de gênero e da invisibilidade do trabalho da mulher, o qual é frequentemente visto como ajuda ao marido nas propriedades rurais. No caso dos/as jovens ligados/as a Agreco e Acolhida na Colônia, o resultado das entrevistas indica um caminho contrário, ou seja, o reconhecimento do trabalho das mães e da profissão de agricultora/o.

3.2 A VISÃO DOS/AS JOVENS SOBRE A AGRECO E ACOLHIDA NA COLÔNIA

Conforme definido na estratégia metodológica, todos/as os/as jovens entrevistados/as no âmbito dessa pesquisa fazem parte de famílias associadas em uma das duas entidades (ou em ambas), AGRECO ou Acolhida na Colônia. Na época em que tais entidades surgiram, conforme descrito anteriormente neste trabalho, muitos agricultores estavam deixando o município devido à má qualidade de

⁹ Possível mais de uma profissão por pai/mãe.

vida, preocupação com a utilização e o consumo de agrotóxicos e principalmente pelas dificuldades financeiras enfrentadas, associadas a um amplo contexto de acontecimentos conforme identifica Pedro (28 anos): *“Foi uma crise que existia na região, por conta da abertura das portas do Mercosul e da troca do cruzeiro para o real. Então, a agricultura deu uma quebrada”* (Pedro 28 anos).

Esta “quebrada” da agricultura contribuiu para muitas famílias saírem do município. Por outro lado, como geralmente acontece em momentos de crise, oportunizou que lideranças locais intensificassem os debates em torno de alternativas que permitissem a permanência de outras famílias em Santa Rosa de Lima. Foi a partir dessas reflexões que surgiram a Agreco e Acolhida na Colônia. Na visão de alguns/mas jovens entrevistados/as, a permanência no município participando dessas entidades se deu pela *“vontade de migrar do cultivo da agricultura convencional com o uso de muito agrotóxico para uma produção mais saudável, com estabilidade financeira”* (Pedro 28 anos), por *“buscar qualidade de vida, buscar a preservação do nosso local, do nosso município, pelo desenvolvimento da nossa saúde, do planeta de uma forma geral, por consciência e pelas oportunidades que foram apresentadas”* (Adriana 28 anos).

Percebe-se que os/as jovens têm claro que a opção pela produção orgânica se deu por conta da necessidade de nova atividade/oportunidade de mercado, mas também pela consciência que se formava dos riscos da produção convencional para a saúde das famílias e também pela contaminação do meio ambiente. Reconhecem, também, o papel das “lideranças” no processo de constituição das associações.

Contribuindo com a discussão, Zago (2012) esclarece que a crise vivenciada pelos pequenos agricultores deriva, em grande parte, da modernização da agricultura, associada ao esgotamento dos recursos naturais e à desvalorização da agricultura familiar. Esses fatores ocorrem, dentre outros, pelo fato dos grandes produtores possuírem condições para aumentar seu poder de investimento em infraestrutura e tecnologia de trabalho, bem como conquistar melhores preços na compra de insumos, enquanto os pequenos agricultores possuem dificuldades em competir com os grandes produtores. O trabalho em associação auxilia na diminuição destas diferenças, visto que possibilita,

dentre outras coisas, a negociação, em grupo, de insumos e tecnologias por um preço melhor. Além de que o acesso a políticas públicas voltadas para os pequenos agricultores familiares possibilitam melhores condições para ter acesso ao crédito rural, assistência técnica dentre outros fatores, como destacado pelo João, ao responder sobre benefícios de pertencer as entidades: *“o acesso a recursos é mais fácil... A tudo, desde financiamento, né! Ia pegar um financiamento no meio rural, era terrível, não conseguia. Hoje, quando a gente fala que é da Acolhida na Colônia e da AGRECO, tem até mais fácil”* (João 22 anos).

Todos/as os/as entrevistados/as identificaram de forma positiva a participação de suas famílias nas associações estudadas. Dentre os impactos positivos apontados pelos/as jovens entrevistados/as, destacam-se aqueles ligados ao desenvolvimento e valorização pessoal. Eles/as conseguem perceber o “crescimento” de seus familiares (e deles/as próprios/as) por conta da participação e envolvimento nas associações. Patrícia, por exemplo, destaca que *“a gente aprendeu muito com isso. Eu vejo pela minha mãe (...). Hoje os agricultores conversam. Os que estão na Agreco e na Acolhida, são muito mais dinâmicos, conhecem muito mais, interagem muito mais com as pessoas”* (Patrícia 26 anos). Interessante perceber que a jovem entrevistada, ao fazer sua ponderação, acaba comparando sua família com outras de seu convívio e percebe diferenças que vistas como consequência da participação nas associações. Ainda na linha da valorização, João (22 anos) cita que a participação impactou na autoestima das famílias. Segundo ele, *“acho que muito a autoestima... A mãe conta sempre que, antes, não era valorizado”*. A Adriana (28 anos), por sua vez, cita que *a participação nas associações promoveu “benefícios de várias formas, tanto em conhecimento, formação, quanto em amizades (...). E Terezinha (25 anos) avalia: “primeiro, que tu ficas (no município). Tem a consciência que por ser orgânico te traz benefícios para a saúde (...).”*

Os/as entrevistados também citam impactos econômicos ligados às atividades promovidas pela AGRECO e Acolhida na Colônia que, por sua vez, proporcionaram uma melhor qualidade de vida e garantia de sobrevivência no campo. Neste sentido, Adriana (28 anos) julga que a participação na AGRECO oportuniza uma *“(…) comercialização garantida, uma venda mais certa, certificação em grupo para ter uma legitimidade de ser mesmo orgânico. E isso dá uma garantia de venda”*. Pedro (28 anos) destaca que *“sem dúvida, a vida da família melhorou*

muito depois da adesão nas associações, trouxe maior estabilidade. [Tanto] maior renda, quanto mais saúde para nossa família por ser livre de agrotóxicos” Já para Márcia (26 anos), significou a possibilidade de renda e de maior equilíbrio de gêneros: “(...) a renda que tínhamos lá em casa era só do meu marido. (...) A partir do momento que começamos com a produção do frango [orgânico] veio o retorno financeiro que no caso é o meu dinheiro. É o meu ganho! ”.

As entrevistas mostram claramente que os/as jovens entrevistados/as identificam que as entidades, Agreco e Acolhida na Colônia, possibilitam aos associados uma renda garantida, permitindo a permanência no campo com qualidade de vida e investimentos contínuos em suas propriedades.

Por fim, destaca-se o reconhecimento, por parte dos/as jovens, de que a mudança de atividades proporcionada pelas associações (produção orgânica e agroturismo) motiva para a continuidade das atividades no meio rural.

O trabalho agora virou um trabalho mais prazeroso, não é um trabalho tão cansativo. Tudo isso deixa a pessoa mais animada, mais entusiasmada de trabalhar e continuar vivendo no meio rural (Pedro 28 anos).

O pessoal não valorizava assim, e daí com o turismo, o pessoal começou a valorizar mais. [Os turistas] vinham para cá e elogiavam. Acho que teve mais benefício social. O econômico vem em segundo lugar. Melhorou a autoestima (João 22 anos).

Foi unânime também, entre os/as entrevistados/as, que as associações Agreco e Acolhida trouxeram coisas boas para o município. Dentre os aspectos levantados, o reconhecimento do município como Capital Catarinense da Agroecologia e Destino Referência em Turismo Rural do Brasil, foram lembrados por três entrevistados. Pedro, por exemplo, destaca que, a partir desses títulos,

Santa Rosa de Lima é vista nacionalmente e até internacionalmente como um município do futuro. Antes, era conhecido como o menor município do Brasil, sendo motivo de piada. Agora, somos um

município referência. E isso é motivo de muito orgulho, pelo fato desse reconhecimento ter vindo em função de lutas dos próprios associados. Não foi algo que veio de cima. Foi bem difícil, muita luta, reuniões, encontros, palestras, [tudo] para o pessoal se adaptar (Pedro 28 anos).

Outro ponto positivo destacado, no âmbito dos impactos para o município, foi a implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo em Santa Rosa de Lima, sendo visto como uma conquista da luta das entidades.

Um exemplo é a própria Educação do Campo em Santa Rosa de Lima. Se muitos de nós como eu, você e muitos outros aqui tem a oportunidade de estudar e ter a sua propriedade, se manter na sua propriedade, isso é mérito dessas organizações. Elas tiveram participação nessa busca de instalar o curso aqui, assim como muitas outras pessoas do poder público, universidade, mas era principalmente uma vontade das pessoas que estão dentro dessas organizações (Adriana 28 anos).

O fortalecimento da economia municipal, para além do impacto na renda direta das propriedades rurais é também percebido pelos/as entrevistados/as. Terezinha (25 anos), por exemplo, cita que “a AGRECO contribui um monte com a receita do município. Então, acredito que traz bastante benefícios”. Maria também reforça esta perspectiva, dizendo que “a venda dos produtos orgânicos, do turismo, aumenta o lucro do município”.

Dois dos/as entrevistados/as identificaram, também, pontos negativos da participação das famílias nas associações, como consequência do “pioneirismo” ou da atividade escolhida. É o caso de Adriana, em relação à AGRECO, por sua família ter sido a primeira na produção e beneficiamento de ovos orgânicos:

Os ovos... A gente foi pioneiro. E, então, quebrou. Trouxe prejuízos também no particular. Se iniciou dentro da família, com tios, que, hoje, não estão dentro dessa atividade pelo fato de a primeira experiência ter quebrado. E nem todos insistem,

persistem e entendem que muitas vezes esse é o preço a ser pago. Por esse motivo eles saíram do projeto e hoje eles não estão mais. Então, teve alguns prejuízos nesse sentido (Adriana 28 anos).

Além disso, a entrevistada relembra todas as dificuldades enfrentadas pela AGRECO e seus associados, especialmente no início do projeto, que levaram muitos agricultores a “quebrar” e desistir da agricultura orgânica, com impactos negativos ao município. Segundo ela,

tem alguns episódios que trazem algo de ruim para o município. Por exemplo, [...] a quebra do mercado Santa Monica acabou decepcionando muitos agricultores que tinham investido com o Pronaf e acabaram largando o empreendimento construído, deixando ele parado. Então, foi algo que prejudicou o desenvolvimento do município” (Adriana 28 anos).

João, em cuja propriedade há o agroturismo, cita como problema (ou impacto negativo) o isolamento da família em relação à comunidade local:

acho que a gente acaba se distanciando um pouco... A convivência e até o pensamento. Distancia um pouco a vida em comunidade. Por exemplo, a mãe não pode mais participar da igreja, aos finais de semana. Porque final de semana tem turista e no horário da missa tem que servir o café (João 22 anos).

Pedro aponta limitação semelhante, afirmando que o

“único lado ruim que trouxe e vai continuar trazendo para qualquer associado é a perda da privacidade. Por não se perder um final de semana para visitar quem você queira, ou ficar sozinho em casa (Pedro 28 anos).

Ao mesmo tempo, contudo, o próprio entrevistado atenua esse ponto negativo. Por estarem diretamente em contato com outras pessoas, pondera: “*acho que eles são felizes assim e, por eles, acho que não querem mudar*” (Pedro 28 anos).

Os/as demais entrevistados/as não identificaram nenhum ponto negativo trazido pelas entidades para o município. Juliana (27 anos) ainda complementa explicando que *“trabalha com agroecologia, não tem prejuízo ao meio ambiente, agrotóxico, poluição de rio, desmatamento... Queimadas, é contra. Então, não vejo pontos negativos nas entidades”*.

Todos/as os/as 16 jovens entrevistados identificaram a AGRECO e/ou Acolhida na Colônia como importantes para suas vidas. A falas destacaram impactos na formação e no crescimento pessoal, na geração de trabalho e renda de qualidade (com atividades mais prazerosas e menos nocivas à saúde), permanência no campo com qualidade de vida, dentre outros. No âmbito das oportunidades de trabalho, Antônio destaca que

(...) gera novas perspectivas, [...] tanto na Agreco, pela parte do orgânico, que hoje em dia é crescente, como pela Acolhida, pelo turismo ecológico, pelo agroturismo” (Antônio 18 anos).

Adriana e Pedro, respectivamente, identificaram a importância da participação nas entidades de agricultores familiares pela facilidade em comercializar os produtos, otimizando os custos por meio do cooperativismo e o impacto na formação e crescimento pessoal. Adriana, apesar de identificar uma função mais utilitarista da entidade, também reconhece a importância dela em sua formação:

(...) o cooperativismo, porque sozinho eu não iria conseguir mandar meus produtos se não tivesse como mandar junto com produtos de outros produtores, fazendo uma otimização dos custos... E, também, pelas formações, por conhecer outras pessoas, conhecer técnicas (Adriana 28 anos).

Pedro, em seu depoimento, reforça esse papel das associações em sua formação e em suas perspectivas de futuro:

“sem dúvida, serviu como uma base para minha formação e educação, de criança para adulto. Nessa fase de adolescente, ter o contato com outras pessoas de outros estados, países...abriu mais a cabeça em relação à preservação e até a buscar novos conhecimentos, a estudar, ter uma

formação. Não, para abandonar a agricultura, mas para ter uma formação que possibilite continuar. E que você não esteja, daqui a pouco, só dando murro em ponta de faca. Se você quer continuar na agricultura, faça um curso técnico na área, faça uma escola técnica, uma agronomia que seja. Não fique desinformado, porque hoje em dia a tecnologia ultrapassa quem não acompanha (Pedro 28 anos).

Dos/as dezesseis jovens entrevistados/as, sete já estão associados à Agreco. Os demais, ainda não. Apontam, entretanto, a perspectiva de se associarem futuramente. Na Acolhida na Colônia, três já são associados/as, seis acompanham o dia a dia da associação pela família já fazer parte e uma jovem está no processo de realização do diagnóstico participativo¹⁰ e a realização de uma assembleia geral para se associar.

Os/as jovens associados/as indicam como motivos da adesão o trabalho que já conheciam e participavam desde criança, quando os projetos iniciaram nas propriedades de seus pais. Esta vivência possibilitou que criassem afinidade com as atividades – agricultura orgânica e agroturismo, tornando-as parte de seus projetos de vida. João demonstra claramente esta perspectiva, ao comentar que

“sempre estava junto e trabalhava com a mãe, acompanhando o processo desde pequeno. Desde pequeno a gente ia nas reuniões e acabou que entrou junto. Mas, não foi nada forçado. Foi algo natural” (João 22 anos).

Adriana (28 anos), por sua vez, destaca as mudanças na forma como os/as jovens foram percebendo a questão do meio ambiente. Segundo ela, *“ideologia vem de casa, no mesmo sentido de acreditar*

¹⁰ Diagnóstico participativo é uma reunião de trabalho que acontece em cada uma das propriedades que apresentam interesse em integrar a Acolhida na Colônia. A propriedade é visitada por um grupo de agricultores associados e técnicos da associação com o intuito de identificar os seus pontos fortes e pontos fracos, de modo a orientar o dono da mesma na implementação e desenvolvimento das atividades turísticas. (ACOLHIDA NA COLÔNIA, apud, GUZZATTI, 2010, pg. 252)

que a gente pode fazer melhor. Recuperar aquilo que já foi degradado e poder evitar que continue sendo desmatado e poluído nosso ambiente”.

O interesse pela produção orgânica e agroturismo é retratado pela participação ativa de boa parte dos/as jovens nas entidades. A participação acontece no âmbito da UFP (produção e/ou agroturismo), mas também na vida associativa, ou seja, em cursos, reuniões, assembleias e outros eventos promovidos pelas organizações. É importante destacar que alguns/mas jovens já estão atuando na gestão das entidades, através da participação no conselho administrativo da Cooperagreco, grupo gestor da Agreco, vice-presidência da Cooperagreco e na Federação da Acolhida na Colônia.

As opiniões dos/as jovens entrevistados acabam sendo divergentes no que diz respeito ao envolvimento com as entidades ao longo do tempo. Alguns entrevistados alegam que no início dos projetos a participação dos jovens não era tão presente como está sendo atualmente. Segundo Márcia,

Eu percebo que no início não tinha tanta participação dos jovens na Agreco. Agora, já tem tido mais. Eles vão em busca da participação. Por exemplo, agora, já tem a diretoria com mais jovens participando. Inclusive, na Acolhida na Colônia também. A Acolhida está dando uma oportunidade para ficar no campo, então ela acaba associando bastante os afazeres dela com os jovens” (Márcia 26 anos).

A Adriana, apesar de identificar que a Agreco não envolvia tanto os jovens no início, reconhece que a entidade nunca deixou de apoiar e mobilizar ações para a juventude dos municípios que a integravam:

na Acolhida, eu considero que sempre. Na Agreco em si, sempre teve essa mobilização de fazer alguma coisa em relação aos jovens, a buscar apoiar o Cedejor, que era de jovens, entre outras coisas. Na Cooperagreco, não tanto. Primeiramente, porque é a parte de comercialização... e então, eu acho que tem um pouco desse [costume]: ‘os pais que cuidam da administração do dinheiro’. [...] Mas, agora, com

os novos planejamentos e também devido aos novos funcionários, técnicos, já começou a se formar gente nova que fica aqui... Então, agora, os mais velhos já ficam mais para as coisas éticas e os mais novos com a mão na massa do trabalho” (Adriana 28 anos).

No que interessa ainda mais de perto nossa reflexão, os/as entrevistados/as mencionam que há “grande diferença” entre jovens associados à Acolhida na Colônia e à AGRECO e aqueles e aquelas que são filhos de agricultores que não participam destes movimentos. Márcia aponta desigualdades

(...) na qualidade de vida, por exemplo. Hoje, as pessoas não têm muita noção dos agrotóxicos, do consumo de orgânicos. [...] A gente que sabe, que lê matéria, que participa das reuniões... Acho que está mais por dentro, está cuidando mais da nossa saúde. Eu vejo os meus amigos, os outros...Ninguém dá importância para isso. Aí, quando eu converso com um que faz parte da associação a conversa já é bem outra” (Márcia 26 anos).

Ou seja, a entrevistada considera que, para além da saúde do meio ambiente, a tomada de consciência por esta geração envolvida com as entidades, da sua própria saúde e daquela de seus familiares é relevante.

Alguns/mas entrevistados/as citaram também, no âmbito das diferenças entre aqueles/as que possuem ligação com as entidades ou não, o posicionamento em relação à migração. Os/as envolvidos/as com a Agreco e Acolhida estariam mais interessados na permanência no município. Para a Patrícia (26 anos), por exemplo, “*muda bastante. Eu vejo que os filhos dos agricultores da Acolhida e da Agreco estão tentando ficar, tocar o negócio dos pais... Os outros, eu não vejo assim*”.

Diferenças em relação à questão ambiental também foram mencionadas. Jovens filhos e filhas de agricultores envolvidos com produção orgânica e agroturismo possuem, na visão dos/as

entrevistados/as, maior consciência com relação ao meio ambiente. Neste sentido, Juliana comenta que

[...] só o fato de eles participarem um pouco de uns cursos, ou mesmo dentro de casa, onde sempre se discute, numa roda de chimarrão, essas ideologias... Eles são contra o desmatamento, a poluição de água, o agrotóxico... e então, acho que tem uma visão melhor (Juliana 27 anos).

O impacto na valorização do município também é percebido como diferente pelos/as jovens associados/as da Agreco e Acolhida, em relação ao que não possuem tal vínculo. João, aponta que as diferenças vêm “*desde o pensamento*”.

Acho que quem está na Agreco e Acolhida já tem uma outra visão do município. Tem uma acreditação [sic] no município. Muitos jovens ainda pensam que por aqui ser interior é atrasado, motivo para ir embora” (João 22 anos).

E Márcia acrescenta:

[...] os associados tendem a ficar mais no município. Eles veem o crescimento. Os que não são associados vão para fora, porque acham que não tem como se manter aqui. E os que são associados veem que dá para produzir, tirar o sustento e viver no município (Márcia 26 anos).

3.3 PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO, EM SANTA ROSA DE LIMA

Nesta pesquisa, entendemos o campo (ou o rural) de forma mais ampla que o agrícola. Ou seja, não se trata apenas do local de produção de alimentos – apesar desta ser uma função importante deste espaço e das pessoas que aí habitam. Mas, como alertava Turnes, já em 1996, o rural deve ser visto de forma mais ampla e encarado como um espaço de múltiplas funções que atendem ao interesse de toda a sociedade (serviços, habitação, preservação ambiental e de valores, produção de alimentos diferenciados etc.).

Esta parece ser também a perspectiva dos/as jovens envolvidos/as com a Agreco e a Acolhida na Colônia, já que em seus depoimentos manifestam interesses diversos ligados, em sua ampla maioria, à permanência em Santa Rosa de Lima. Apareceram, nas entrevistas, interesse na continuidade da produção agrícola seguindo a perspectiva da agricultura orgânica; interesse por ocupações rurais não agrícolas como o agroturismo; interesse no desenvolvimento de outras atividades, sempre associados à continuidade no município (pequeno município rural valorizado como local de moradia). Carlos, por exemplo, mostra sua opção pela continuidade das atividades na unidade de produção de seus pais, fortalecendo a produção orgânica:

“quero ter qualidade de vida, remuneração bem boa, saúde boa... Por isso que estou com meus pais, investindo no orgânico. Eu quero ver Santa Rosa de Lima no auge da agricultura orgânica”
(Carlos 17 anos).

O entrevistado, em sua fala, indica claramente vantagens associadas ao cultivo de orgânicos: qualidade de vida, saúde, remuneração e vivência familiar. Outros/as entrevistados/as também apontam a continuidade das atividades relacionadas à Agreco, projetando o aumento de suas produções e a ampliação das vendas. Márcia serve de exemplo:

“minha perspectiva é cada vez mais produção e cada vez ir melhorando. Inclusive, a renda. [Vou] esperar terminar a faculdade e, aí, pretendo investir mais em minha produção. Sendo assim, espero no futuro que todos tenham boas vendas
(Márcia 26 anos).

João, que está buscando se aperfeiçoar no ensino superior (agronomia), mostra que a cidade grande já não é tão atraente como fora outrora. Ele também destaca, como o entrevistado anterior, o desejo de continuidade do trabalho com sua família e com a diversificação das atividades na propriedade:

[Pretendo] acabar a faculdade, depois vir morar para cá. Eu não quero morar em Florianópolis, nunca! Trabalhar aqui, quem sabe, com a mãe junto, na pousada, no mel, com turismo. A

*[companheira], quem sabe, vem para cá também”
(João 22 anos).*

Adriana mostra seu interesse na continuidade e no fortalecimento do turismo em sua unidade familiar de produção, além da continuidade da produção orgânica. Destaca, também, o interesse em atuar em sua área de formação (professora) e a vontade de motivar os alunos sobre as possibilidades do campo. Esta entrevistada nos dá pistas de que a escola não vem cumprindo este papel e que algo diferente poderia ser feito. Ela destaca seus desejos futuros:

[Pretendo] trabalhar com o turismo, continuar com a comercialização da agricultura... Mas focar um pouco no turismo, e ainda, também, exercendo um pouquinho da profissão como professora, para poder botar dentro dos alunos, dos novos, essa oportunidade que a gente tem de vivenciar o campo e de trabalhar qualquer temática ou qualquer coisa inserida dentro do meio rural” (Adriana 28 anos).

Importante remarcar que Adriana propõe o que muitos autores mostram como nova realidade para o meio rural, a pluriatividades dos/as agricultores. Anjos (2001), destaca que pluriatividade “é uma ruptura em face das representações usuais sobre a unidade de produção”. Os estabelecimentos “pluriativos” são aqueles que não ocupam toda a força de trabalho disponível na propriedade bem como aquelas situações em que o caixa da unidade de produção é alimentado por renda extra agrícola, sejam estas, da venda externa de força de trabalho e/ou iniciativas que pouco ou nada tem a ver com as atividades agropecuárias (ANJOS, 2001).

Bruna relata uma outra perspectiva que, apesar de minoritária entre os/as entrevistados/as, é importante de ser considerada, pois marca uma mudança de perspectivas em relação ao município de Santa Rosa de Lima. Se, no início deste trabalho, ao narrar a trajetória da minha família (e da maioria das famílias do município), relatei uma sucessão de crises na agricultura e, por conseguinte, a evasão de pessoas e a visão de que não haveria futuro aos que permanecessem, a Agreco e a Acolhida na Colônia parecem ter conseguido contribuir para mudar esta tendência. Neste novo contexto, a entrevistada destaca que não se interessa pela produção orgânica e pelas atividades da roça. Mas, mostra

que pretende encontrar outra ocupação no próprio município, nele permanecendo:

Eu penso em continuar estudando até conseguir um bom emprego ou ser dona do próprio negócio. Não penso muito em fazer algo na área da produção orgânica. Por exemplo, verdura, se for para mim carpir, eu não gosto. Mas essa outra fonte de renda seria no município” (Bruna 21 anos).

No mesmo sentido, João também reconhece que o município atualmente oferece oportunidades de trabalho para aqueles/as que desejarem permanecer. Segundo ele, *“hoje não tem mais porque ir embora. Tem campo de trabalho, não só na propriedade. Quem quer trabalhar tem onde trabalhar”*.

Os/as entrevistados reconhecem vantagens em morar num pequeno município rural. Destacam, principalmente, *“saúde, dentista de graça, médico de graça, creche de graça, índice de criminalidade praticamente zero”* (Luiz 22 anos); *“água boa, ar puro, favorecendo a saúde”* (Juliana 27 anos). E frisam que nas grandes cidades é completamente ao contrário:

É muita loucura, lá, trânsito, poluição, assaltos, sem contar que o custo de vida na cidade é muito caro. Se a gente comparar o nosso salário com o do pessoal da cidade, o nosso salário é bastante inferior. Mas o que a gente tem aqui de graça (posto de saúde, escolas) e com qualidade, se tu ver, no final tu vai ganhar mais ficando aqui do que parando em uma cidade grande (Juliana 27 anos).

A Terezinha, corrobora também com os entrevistados anteriores quando trata a cidade grande como um local com pouca qualidade de vida. Ela teve a experiência de morar em uma cidade de porte médio por alguns anos, enquanto cursava o ensino superior. Ela destaca que foi muito impactante ter que sair de Santa Rosa de Lima, de perto dos amigos e familiares, para ficar em um local completamente desconhecido, longe de tudo. Segundo a entrevistada,

“quando morei em [nome de cidade média], eu odiava aquele lugar. Era tenso, para mim, ter que ir para lá e ficar longe de todo mundo. Não era só por ficar longe, aquele lugar para mim era terrível. Eu achava [nome de cidade média] o lugar mais feio desse mundo. Era longe de tudo (Terezinha 25 anos).

A fala da entrevistada ressalta um sentimento que está presente em grande parte dos/as entrevistados/as, a valorização da convivência familiar proporcionada de forma expressiva no modo de produção familiar. Neste sentido, Terezinha complementa:

primeiro porque eu nasci aqui, me criei aqui. Você até sai, vê outras realidades... Tu gostas, mas só se for para viajar, sempre voltando para cá. Outro motivo é minha família. Está todo mundo aqui, todo mundo perto” (Terezinha 25 anos).

Essa mesma justificativa é utilizada pela Marcia sobre a permanência no município.

Não sei, se um dia eu tiver que sair de Santa Rosa de Lima, como vai ser. Para mim foi aqui que eu nasci, aqui que eu cresci e espero que eu morra aqui. Então eu não pretendo sair (Márcia 26 anos).

Fica evidente um forte vínculo entre os sujeitos entrevistados com o seu local de origem. Embora existam muitas qualidades e pontos positivos em morar em Santa Rosa de Lima, Pedro cita algumas deficiências que algumas vezes acabam influenciando a saída dos jovens para outras cidades. Segundo ele,

[Santa Rosa de Lima] *“deixa de oferecer na parte de entretenimento ou de acessibilidade. Por exemplo, se você precisar de um supermercado maior ou o que seja, sempre vai ficar um pouco deficiente. Há, se eu quero comprar um computador bom, ou um móvel para casa, temos alguns supermercados na cidade que os preços talvez não sejam interessantes. Então, isso faz a gente ir em outras cidades procurar..., mas, em*

qualidade de vida, não tenho dúvida que é o melhor lugar para morar com minha família” (Pedro 28 anos).

Poucos jovens entrevistados manifestaram desejo de sair do município. Antônio, apesar de manifestar que gostaria de continuar em Santa Rosa de Lima e de se associar na Agreco, pondera que, como quer trabalhar com relações internacionais, cujo curso superior finalizará nos próximos anos, é provável que precise buscar um emprego fora do município.

Se possível, continuar em Santa Rosa, continuar estudando, se der certo me associar na Agreco, mas também trabalhar na minha área de relações internacionais, talvez buscar um emprego. Talvez aqui na Santa Rosa de Lima não tenha essa área... Mas, continuar criando raízes aqui” (Antônio 18 anos).

Quanto ao mercado de trabalho, por se tratar de um pequeno município, acaba tendo pouca oferta de emprego disponível para a população. O órgão que mais emprega pessoas atualmente é a Prefeitura Municipal. Os/as entrevistados/as, apesar de identificarem esta deficiência, apontam alternativas para esta situação. Márcia, por exemplo, explica que

em questão de emprego, na Santa Rosa não tem muita coisa. A gente já sabe que não tem. Mas, aí, nesse quesito, entram a Agreco e a Acolhida para te dar uma oportunidade de fazer algo na tua propriedade e investir lá, podendo trabalhar em casa” (Márcia 26 anos).

Na mesma linha, a jovem Patrícia afirma que

se as pessoas pensarem em desenvolver coisas na agricultura, acho que tem um monte de coisas que dá para inventar, que dá para fazer. No entanto, o povo ainda acaba esperando por indústrias, pelo desenvolvimento do comércio para ter emprego. Mas, acho que Santa Rosa de Lima não deveria esperar por isso. Eles deveriam fazer novos produtos, novas agroindústrias... Daí sim, iria crescer (Patrícia 26 anos).

Enquanto as duas entrevistadas mostram que uma parte dos jovens ainda espera por empregos no município e que a indústria e o comércio se desenvolvam, o jovem Carlos (17 anos), morador de uma comunidade “do interior” e agricultor fala que o que “*está faltando em Santa Rosa de Lima e na agricultura é mão de obra*”.

É muito presente entre os/as jovens a discussão de atividades rurais não agrícolas, como o agroturismo, por exemplo, enquanto alternativa de trabalho no município. Neste sentido, Pedro sugere que Santa Rosa de Lima por estar próxima do “paredão” da Serra Geral, ter ampla biodiversidade de espécies de plantas e animais e ser rico em recursos hídricos, possui um grande potencial para se trabalhar com os turismos de aventura e ambiental, sendo essa uma possibilidade para superar a falta de emprego do município. Para ele, é possível

implantar uma trilha, trabalhar com observação de pássaros, rafting, qualquer atividade que seja relacionada à natureza, como a subida da Serra Geral, passeios pelo município através do cicloturismo. Existe um leque muito grande de atividades [...] No entanto, o que está faltando é alguém acreditar e apostar nisso, já começando na frente (Pedro 28 anos).

Os/as entrevistados/as identificam que embora a situação já tenha mudado muito, ainda existem muitos/as jovens que saem de suas propriedades para trabalhar em outras atividades que não possuem ligação direta com a agricultura. Segundo Pedro, essa perspectiva de abandonar a agricultura está mais ligada aos agricultores convencionais. João corrobora com a opinião de Pedro afirmando que

de cada 100 jovens, 50 vão pensar em sair, até porque são famílias com mais de um filho. Se fosse apenas um filho aí tudo bem. No entanto, como são mais filhos, fica mais complicado para dividir as atividades, a lucratividade” (Pedro 28 anos).

Nessa perspectiva da divisão dos rendimentos obtidos com as atividades produtivas, Bruna e Juliana justificam que um dos grandes motivos pela saída dos jovens do campo é o fato dos pais não repartirem a renda resultante das atividades. Com os filhos ficam apenas as tarefas a serem feitas, sem remuneração, pois, para os pais, os jovens “jogam o

dinheiro fora”, em festas, roupas e outros objetos julgados desnecessários pelos genitores. Bruna considera:

acho que muitos jovens saem porque, muitas vezes, os pais não dão valor, não deixam eles assumirem ou terem uma porcentagem da renda. Todo jovem quer dinheiro, quer sair, se divertir... E ficar dependendo dos pais, ficar pedindo todo final de semana, muitas vezes, eles não gostam. Por isso, a grande maioria sai para não ficar em casa dependendo dos pais e ter que ficar pedindo dinheiro sempre” (Bruna 21 anos).

Juliana complementa dizendo que “os jovens são muito imediatos e, por esse motivo, preferem pegar um emprego para conseguir uma renda no final do mês e ter o que gastar”. Adriana, por sua vez, alerta que os/as jovens querem sair da agricultura – para ter emprego com salário no final do mês – mas pretendem continuar morando no seu município de origem. Nas palavras dela, os/as jovens atualmente

“não pensam em sair de Santa Rosa de lima, mas sair do meio rural, vir trabalhar aqui na cidadezinha ou buscar um emprego em um laticínio ou madeireira, mas trabalhar fora da propriedade” (Adriana 28 anos).

A entrevistada prossegue: “o que acontece muito é os jovens morarem no interior, mas trabalharem em Rio Fortuna ou em Braço do Norte, indo e voltando todo dia”. A fala de Antônio vai no mesmo sentido, identificando entre aqueles/as jovens que deixam as atividades na propriedade rural o interesse pela combinação emprego/salário com a continuidade da vida no município e mesmo na unidade familiar de produção dos pais. Segundo ele, *muitos jovens não veem o dinheiro ‘caindo’, não têm salário... Então eles procuram emprego fora, mas não saindo da propriedade”.*

Bruna ressalta que a participação em associações, propicia debates mais abertos, que possibilitam avançar na forma como são dirigidas as propriedades rurais:

as famílias que fazem um trabalho maior para as associações são um pouco diferentes. Porque já

fui em várias reuniões da Cresol, por exemplo, que também é uma cooperativa, onde os palestrantes falavam que tinha que dar dinheiro para os filhos, que era necessário valorizar o que os jovens faziam, se não eles iriam sair das propriedades. Acho que participando desses debates, as cooperativas conseguem ir abrindo a mente dessas pessoas (Bruna 21 anos).

As falas anteriores mostram, em sua maioria, que alguns dos fatores identificados pelos autores que estudam juventude rural (por exemplo, em Stropasolas, 2011), como remuneração dos filhos, é identificado pelos/as jovens entrevistados/as para o caso de Santa Rosa de Lima e, provável, ainda seja fronteira a ser transposta mesmo entre associados da Agreco e Acolhida na Colônia para a permanência dos/as jovens no campo.

Patrícia acredita que a questão do êxodo dos jovens está muito relacionada com a condição das propriedades dos pais. Aquelas que já possuem uma atividade mais desenvolvida, com um retorno financeiro garantido, geralmente proporcionam aos/às jovens maiores condições de permanência no campo. Por outro lado, propriedades que ainda não conseguem trabalhar com uma atividade mais rentável geram dúvidas nos jovens e contribuem para a migração. Segundo ela,

está meio dividido assim... Porque tem o pessoal que trabalha com o leite, com a Agreco e Acolhida, as famílias que tem alguma coisa iniciada como o Pastoreio Voisin, que a propriedade está mais desenvolvida, acho que nessas condições os jovens pretendem ficar. Mas, em outros casos eu acho que não” (Patrícia 26 anos).

Interessante demarcar, na fala da entrevistada, que as oportunidades identificadas se relacionam especialmente a “novas” atividades geradas no bojo das entidades, incluindo a produção de leite a base de pasto incentivada pela Agreco, embora hoje em dia boa parte daqueles que praticam o voisin fazem produção convencional de leite.

Márcia, por sua vez, indica que a ideia de sair ou ficar do município depende muito do projeto de vida que o jovem está buscando construir:

se ele pretende ficar ali, tocar a propriedade, trabalhar no que é seu, o jovem vai querer ficar. Agora, se ele for um jovem que ele pretende estudar para ter um emprego, para talvez ter uma vida um pouco melhor, ele não vai querer ficar em Santa Rosa de Lima, porque aí vai faltar oportunidade para ter uma formação e arrumar um emprego nessa área” (Márcia 26 anos).

A entrevistada considera a inexistência de possibilidades de formação, referindo-se a dificuldades de acesso a cursos técnicos e de nível superior e também a pouca disponibilidade de emprego em áreas diversas daquelas ligadas a agricultura e pecuária no município.

Pedro acrescenta que, muitas vezes, só o fato de o jovem sair para estudar, faz com que ele mude os seus planos e acabe saindo do campo para morar na cidade.

Quando o jovem sai para ir estudar, acaba vendo como o mundo lá fora é atraente e, talvez, prefira ficar para ganhar, não o que ele ganharia estando na propriedade, mas por ter uma maior independência financeira e de vida” (Pedro 28 anos).

Interessante observar que Pedro é um jovem que experimentou. Saiu para estudar em [nome de uma grande cidade] e também morou em [nome de um país estrangeiro desenvolvido]. No entanto, optou em voltar com sua família para a propriedade dos pais, onde construiu sua casa. Apesar de trabalhar como autônomo fora de sua Unidade Familiar de Produção, afirma que pretender dar seguimento a sua vida em Santa Rosa de Lima.

Cabe refletir, a partir da fala de Pedro, a oportunidade proporcionada pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. Certamente a turma interiorizada no município de Santa Rosa de Lima permitiu o estudo e, ao mesmo tempo, a permanência de muitos/as jovens no campo.

Embora existam jovens que saem do município para cidades maiores em busca de emprego e “liberdade”, os/as entrevistados/as identificam um “retorno”: daqueles que saíram e, atualmente, estão voltando para o município. Embora avaliem que não seja uma reversão em grandes quantidades, julgam que jovens estão voltando por verem que, ao contrário de outros municípios, Santa Rosa de Lima melhorou muito nos últimos anos: transporte gratuito para as universidades da região, melhor retorno financeiro nas produções agrícolas, melhorias em estradas, acesso gratuito à internet¹¹ e um baixo custo de vida são condições que favorecem a volta desses jovens para o município. João justifica esse retorno:

o nome de Santa Rosa ter ficado conhecido, principalmente como ‘Capital da Agroecologia’, acho que deu um status... Passou do lugar atrasado, sem comunicação, para capital da agroecologia, onde o pessoal é organizado, tem produção orgânica. Esses são alguns dos princípios que eu vejo que melhorou a imagem do município dando um ânimo para o jovem voltar” (João 22 anos).

Patrícia deixa claro que, graças a todas as conquistas que o município vem obtendo com essas entidades, é possível que “*quem vê o movimento de fora está querendo voltar*”. Por outro lado, ela alerta que “*quem está aqui não dá tanto valor*”. Outra razão é apontada por Márcia,

com a chegada da Acolhida e da Agreco, acho que já houve um pouco dessa reversão. Os agricultores têm um pouco mais de oportunidade do que tinham antes. Antes, quem plantava não sabia para quem iria vender. Plantar só para comer não dava, porque não iria conseguir sobreviver. A partir do momento que têm essa

¹¹ Segundo informações da Secretaria municipal de Finanças, foi um projeto piloto que o poder público municipal implantou no município. Primeiramente sendo a prefeitura responsável pela implementação de todos os aparelhos e posteriormente, uma empresa particular (Serra Geral Internet) ficou responsável pela disponibilização do sinal para todo o município, cabendo ao poder público apenas o pagamento de um valor para manter o acesso gratuito de todos os municípios à internet.

oportunidade de estar escoando a tua produção, fica mais favorável para ficar no campo” (Márcia 26 anos).

O alto custo de vida nas “cidades maiores”, aspecto levantado por Antônio, Terezinha e Pedro, também acaba influenciando bastante no retorno dos jovens. Segundo Antônio *“hoje em dia é difícil tu sair para a cidade, ter que pagar aluguel, é caro. Então eles estão vendo que Santa Rosa de Lima não é assim”*. Pedro concorda, acrescentando que

“O trabalho na cidade grande não está sendo tão bem remunerado como na cidade pequena, porque, aqui, se o cara trabalhar a dia, talvez em dez dias vai tirar em torno de R\$1.000,00. E na cidade grande trabalha por um salário mínimo por mês, tendo que pagar toda a comida, aluguel, água, luz, internet. E, aqui, você tem, em casa, alimentação. e então, pode estar ganhando muito mais do que isso na propriedade” (Pedro 28 anos).

Como se pode visualizar nas falas dos entrevistados, atualmente eles/as classificam como muito mais vantajoso a permanência e o trabalho no município em que vivem, por ele oferecer mais qualidade de vida e até mesmo melhor remuneração, dada a produção para o autoconsumo e o custo de vida inferior.

Não adianta, contudo, apenas querer que os jovens permaneçam no campo, sem oferecer condições para que isso aconteça. Os/as entrevistados/as, quando perguntados sobre o que era necessário para a permanência no campo, citaram lazer, políticas públicas, oportunidades de renda, infraestrutura, formação e, principalmente, diálogo dentro da família. Neste sentido, João alerta que o/a jovem precisa ter *“oportunidade de lazer e principalmente de renda. Porque em algumas propriedades rurais é difícil o jovem ter sua renda, pois o pai vai lá pega o dinheiro e dá só ‘50 pila’ para o final de semana”*. Juliana completa sugerindo que nas propriedades rurais os pais deveriam manter um diálogo com os filhos acerca da sucessão e da administração das propriedades. Segundo ela,

os pais deveriam abrir a gestão da propriedade e, por exemplo, dar uma porcentagem [da renda] para o filho. Vamos pagar as contas e uma porcentagem fica para você. Se não sobrou, não deu naquele mês, ele já começa a entender que nem sempre vai sobrar dinheiro, começando assim a participar da vida financeira da família” (Juliana 27 anos).

Terezinha avalia que o primeiro incentivo deveria partir dos pais. Ela afirma: “*tem muitos pais que não abrem nada para os filhos. [Eles dizem:] Eu quem mando aqui e o resto trabalha para mim”*. Com isso, os filhos acabam vendo como única alternativa, para obter uma renda e se tornar um pouco mais independente, sair da casa dos pais para trabalhar em outro lugar.

Juliana pondera que

nas famílias que são associadas [à Agreco e Acolhida], já existe um diálogo maior, até porque acho que eles acabam tendo acesso a mais cursos e trocam ideias em casa, vem os técnicos, e assim começam a puxar o jovem mais para a agricultura (Juliana 27 anos).

Este tema da gestão da propriedade rural foi recorrente nas falas dos/as Jovens em diversos momentos da entrevista. Apesar de alguns falarem que há avanços em famílias associadas às entidades analisadas, este parece ser um tema que não pode ser negligenciado.

A questão do lazer também é bastante presente entre as justificativas para a decisão da saída do campo. Para João, “*os jovens reclamam muito que não tem o que fazer, que falta lazer no município”*. No entanto, ele demonstra não concordar muito com este argumento, vez que, segundo ele,

é muito [consequência] do que a mídia mostra como o que é lazer. Porque aqui temos o que fazer. Tem trilhas para fazer todo final de semana, tem banho de rio para tomar todo final de semana... Mas o pessoal acha que o lazer é muito shopping e balada (João 22 anos).

Dentre as demandas para melhoria do município rural, José citou a necessidade de formação para os jovens. Segundo ele *”precisam ser oferecidos cursos, oportunidades de aprendizagem”*. Geralmente, municípios pequenos encontram bastante dificuldade na oferta de formação, especialmente pós ensino médio, aos seus municípes, sendo necessário ao/à jovem (ou a outras pessoas) se deslocarem para “cidades maiores”.

Luiz acha necessário que o jovem possua *“uma visão de valorização do trabalho no campo. Acho que isso é um fato importante pois se a pessoa não acha aquilo uma atividade importante, ela acaba saindo*. A necessidade da valorização do trabalho no campo vai muito além da valorização por parte dos outros, ela também deve partir do sujeito que está inserido no campo e vive dele. Já Pedro avalia que *“o jovem precisa ter condições de acesso à infraestrutura de qualidade, como internet, telefone, meios de transporte, estradas com manutenção adequada, e a oportunidades de trabalho”*. Márcia, Bruna e Patrícia, por sua vez, identificam que é muito importante os/as jovens possuírem incentivos para sua permanência e a manutenção de sua família no campo. As duas últimas julgam que é necessário existir mais políticas públicas voltadas especificamente aos jovens, principalmente na linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Patrícia, neste sentido, identifica que *“tinha uma época que tinha Pronaf mais fácil para os jovens acessarem. Hoje está tudo morto, esquecido”*. Bruna justifica a necessidade de uma política pública voltada especificamente para os jovens: *“é difícil, para eles, começarem a construir alguma coisa sem nem saber por onde começar ou sem ter apoio de algum lugar”*.

A importância de políticas públicas voltadas aos jovens é visível na fala de alguns jovens. Embora atualmente o acesso a políticas voltadas para a juventude do campo esteja mais ampliada, no município os jovens entrevistados apontam que houve uma diminuição na procura por essas políticas. Essa baixa demanda muito se dá em razão da inexistência do CEDEJOR, que antes desenvolvia trabalhos de mobilizações com os jovens e lideranças locais para que os jovens conseguissem acessar com mais facilidades as políticas públicas existentes. O fato do CEDEJOR ter finalizado os trabalhos no território das Encostas da Serra Geral, fez com que esse trabalho de mobilização diminuísse.

Maria cita a importância do incentivo por parte dos pais e de outras entidades. Segundo ela, *“muitas vezes eles [os/as jovens] não são incentivados a permanecer, a ficar na agricultura. Como eles não são incentivados, eles não acham a agricultura como um lugar bom de sobreviver, então eles vão embora para outro lugar”*.

Pode-se perceber que, apesar dos/as entrevistados/as terem manifestado reconhecimento e interesse pela produção orgânica e agroturismo, sendo que muitos demonstraram desejo de permanecer, não estão alheios às demandas e necessidades de avanços, sejam eles no âmbito familiar (diálogo, gestão da propriedade), seja de infraestrutura do município (melhores estradas, transporte, comunicação, internet etc.), lazer, trabalho e renda, educação e políticas públicas que favoreçam os/as jovens.

No que nos interessa mais de perto, como estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, os entrevistados ainda explanaram que a escola teria um importante papel na permanência dos jovens no campo. Tema que passaremos a tratar a seguir.

3.4 O PAPEL DA ESCOLA PARA O PRESENTE E O FUTURO DOS JOVENS

Iniciamos com as memórias de João, que quando estava cursando o ensino básico

via poucos professores – e não apenas os professores – que puxavam para ficar aqui. Era, muito ao contrário, estudar para tu ir embora, para você ser alguém na vida. Acho que poderiam ter um papel mais atuante para os jovens ficarem aqui, para mostrar as oportunidades que o município tem, mostrar como o município é reconhecido, como o município é bom para viver (João 22 anos).

Com a fala deste jovem, podemos ver que existe um grande preconceito por parte de alguns profissionais que trabalham com a educação. Eles aconselham os/as jovens a estudar “para sair” e “ir embora”, “para ser alguém na vida”, levantando a uma falsa ideia de que o trabalhador do campo é sujeito sem oportunidade, a quem só restou ficar. Bruna avalia:

a escola educa para arrumar um emprego. Tu vais estudar, tu tens que chegar no horário da escola porque quando tu vais arrumar um emprego você precisa chegar no horário (Bruna 21 anos).

Pedro cita que na época em que estudava no ensino médio, a escola não trabalhava sobre as oportunidades existentes no município. Para ele

o que mais eles se preocupam quando chega no terceiro é com o vestibular. A escola mais se preocupa em formar o jovem para passar no vestibular e isso não é o principal. A escola tem que formar o jovem para a vida, né? O aluno precisa aprender de tudo, porque tem jovem que não quer prestar o vestibular (Pedro 28 anos).

Márcia adota abordagem semelhante:

a escola não prepara o jovem daqui para ele ficar no campo. Ela prepara mais para ter uma profissão. Depois, como Santa Rosa não tem muita opção de serviço para quem vai estudar para ter uma profissão, ele acaba saindo do município” (Márcia 26 anos).

Ela acredita que para o/a jovem permanecer no município a escola precisa mudar de postura e de “foco”.

Talvez, falte incentivo... Mostrar o lado bom do campo. O campo como um lugar bom de se viver. O que eu percebo é ainda muita discriminação com quem vive no campo. Claro, o campo não é mil maravilhas, não é tudo lindo, bonito e florido, como às vezes é mostrado. Tem suas dificuldades... Assim como a cidade as tem, como qualquer outro lugar tem. Penso que a escola foca mais no lado ruim [do campo] do que no lado bom” (Márcia 26 anos).

Patrícia acredita que a escola deveria ter o papel – que julga fundamental – de mostrar para os jovens os trabalhos que são

desenvolvidos em Santa Rosa de Lima e apresentar em algum momento as possibilidades de permanência no município.

a gente é a capital da agroecologia. Se parar aí na rua e perguntar para qualquer um o que é agroecologia, ninguém vai saber dizer. Eu acho que isso a escola poderia começar a debater. Porque os pais em casa não vão ter conhecimento para poder ensinar aos filhos. Na verdade, só os associados sabem. Os outros, ninguém sabe.. E acho que é legal levar para a escola, talvez uma vez por mês, uma aula sobre esse assunto. Até para incentivar (Patrícia 26 anos).

As falas dos/as entrevistados/as mostram indícios do distanciamento da escola com a realidade de Santa Rosa de Lima. Ilustram que, como na maioria das escolas, o foco do processo de ensino-aprendizagem pauta-se no vestibular, como única possibilidade de desenvolvimento para jovens, mesmo em um pequeno município rural. Claro que esta deve ser uma opção (e direito!) para estes/as jovens. Mas, as atividades agrícolas e não agrícolas também não poderiam ser? Eles/as não poderiam buscar o estudo para melhorar suas propriedades rurais e contribuir para o desenvolvimento de suas famílias e do município?

Interessante observar o alerta de Assing (2013), quando relata que, da mesma forma que a escola não mostrou preocupação até este momento para inclusão de temas afetos ao campo e ao município em seu cotidiano, a Agreco e Acolhida também foram modestas nas iniciativas para aproximar seus trabalhos da escola e dos professores. O autor relata que esforços mais organizados, neste sentido, ocorreram em duas oportunidades. Em 1997, a Agreco realizou formação com professores e agricultores, tentando envolver também os alunos nos debates. Obteve pouco resultado, sendo a atividade considerada pontual. A segunda tentativa foi em 2011, por meio de um projeto do Ministério do Turismo que tinha como uma das ações a apresentação do trabalho da Acolhida na Colônia nas escolas dos municípios Destino Referência em Turismo Rural, sendo um desses, Santa Rosa de Lima. Durante esse trabalho, percebeu-se que a grande maioria dos alunos e até mesmo professores desconheciam essa entidade e o trabalho que ela desenvolvia na região.

Assing (2013) identificou em seu estudo, três motivos para não haver aproximação entre a escola e a Agreco e Acolhida na Colônia. Para ele, o “engessamento” do sistema educacional seria um dos aspectos determinantes. Neste sentido, todo o conteúdo que deve ser trabalhado nos duzentos dias letivos já é previamente determinado, gerando dificuldade em implantar novas formas de ensino e conteúdo. Além disso, há falta de interesse (disponibilidade) das duas associações e da escola em manter uma parceria, por gerar um maior trabalho no planejamento e elaboração das aulas. Finalmente, o autor identifica a falta de interesse e preparação dos profissionais, tanto da educação, quanto das entidades, para desenvolverem algo nessa área.

Recorde-se que Santa Rosa de Lima possui três escolas, sendo duas da rede municipal de ensino e uma da rede estadual. A escola da rede estadual atende jovens do 6^a ao 9^a ano e do 1^o ao 3^o ano do ensino médio. Por ser um município pequeno, todos os alunos dessa faixa etária passam pelo “colégio” durante a sua formação, não sendo diferente com os/as dezesseis jovens entrevistados. Quando eles foram questionados/as sobre o papel da escola em sua decisão de ficar no município, apenas dois entrevistados/as avaliaram que tiveram incentivo por parte da escola em permanecer. Os/as demais quatorze entrevistados/as julgaram que o maior incentivo veio por meio das conversas com a família, por já estarem inseridos dentro de entidades como a Agreco e Acolhida na Colônia, ou através de outras formações que realizaram após a conclusão do ensino médio. João, por exemplo, cita o fato de já estar participando das ações em torno da Agreco e Acolhida na Colônia como determinantes para seu interesse em continuar no município. Ele considera que a escola não influenciou sua decisão.

pode até ser que já teve... Mas, eu não observei, porque como a gente já estava no projeto [da Agreco e Acolhida]. Se fosse para ficar, não seria a escola que iria me despertar o interesse e sim o meio que a gente viveu (João 22 anos).

Pedro, justifica que a falta de incentivo por parte da escola relacionava-se ao foco no vestibular e no encorajamento dos/as jovens a buscar o ensino superior. Segundo ele, eram comum algumas piadas por parte de alguns professores e de alunos para aqueles/as que não pretendiam prestar um vestibular, tais como: “*tu queres viver a vida inteira na roça, como o teu pai?*”; “*tu vai plantar batata a vida inteira,*

para não ter nada?’. Então, segundo o entrevistado, muitas vezes a escola usava essas “tiradas” para tentar mudar o pensamento dos jovens que não queriam continuar estudando. Bruna considera que a escola não desempenhou o papel de despertar o interesse dela em permanecer no campo.

o que mais me motivou e mostrou [possibilidades] foi, agora, o curso de Educação do Campo e, antes, o Cedejor, que mostrou as formas que a gente pode trabalhar no campo, as diversas maneiras e oportunidades que tem. Para mim acho que a escola não fez esse papel. Enquanto eu estudava na escola, eu não via isso. Eu sempre quis ficar... Mas, eu não sabia se ficava ou se saía (Bruna 21 anos).

A fala de Bruna mostra que uma educação comprometida – de fato - com os sujeitos do campo pode ser transformadora. A EduCampo e o Cedejor mostraram possibilidades para a entrevistada e a fizeram refletir sobre possibilidade de continuação de sua vida em Santa Rosa de Lima, junto a agricultura familiar.

Diferente dos entrevistados citados acima, Adriana e Carlos avaliaram que a escola teve, sim, papel na decisão deles permanecerem no campo. A jovem relata:

Eu posso dizer que foi até bem significativo, por eu ter pais professores, pai e mãe professores. e então, sempre teve relação um pouco com a escola. E na perspectiva de ter sempre dentro da família e dentro da escola essas questões de sociedade, do que se precisa e de que alimento é uma coisa fundamental. Acho que a escola me informou” (Adriana 28 anos).

O diferencial que essa jovem citou é o fato de seus pais estarem diariamente inseridos na escola, possibilitando, assim, criar debates e serem críticos perante muitas informações que eram repassadas para seus filhos. Além disso, os pais são ligados à direção da Agreco e da Acolhida na Colônia, apresentando bastante vivência da realidade do município.

Carlos por sua vez, identifica que apesar de muita pouca influência, apenas agora no ensino médio ele teve contato com professores que por meio de conversas, possibilitaram ele ver o campo com outros olhos e influenciaram a sua decisão de permanência juntamente com seus pais, trabalhando em sua propriedade com produção orgânica.

“Foi agora que entrei para o ensino médio. Até a 8ª série só me incentivaram a estudar e sair. [...] quem me incentivou a ficar foi o [nome do professor]. Ele que, nas conversas entre eu e ele, me orientou a ficar” (Carlos 17 anos).

Os/as entrevistados disseram, em sua maioria, que não viram/ouviram falar sobre a temática da produção orgânica e do agroturismo, como foi visto atividades desenvolvidas e importantes para o município. Apenas em poucas situações esses debates foram trabalhados dentro da escola e geralmente ainda de forma muito superficial. João lembra de ter participado, uma vez, de um concurso promovido na escola, no qual os alunos deveriam desenhar uma imagem para ser escolhida como a logo da capital catarinense da agroecologia e escrever uma frase que representasse essa condição do município. Pedro disse lembrar bem vagamente de alguns poucos momentos na escola em que se falou sobre esses temas.

Ainda estava no início do projeto da Agreco e Acolhida. Me formei em 2004. [O projeto] estava começando... Do turismo já se falou, até bastante, principalmente pelas pessoas que estavam vindo [turistas]. Então, de vez em quando, dava umas ‘muvucas’ dentro da sala, por ter essas informações. Mas, da agroecologia em si, ainda era bem insignificativo o que se comentava (Pedro 28 anos).

Importante ressaltar na fala do entrevistado a expressão “muvucas”, ao discutir a vinda de turistas para o município. Provavelmente, o jovem esteja se referindo à forma como os primeiros grupos eram vistos no município – mais pelo lado negativo, do que pelo positivo. Uma parte da população era contra essas iniciativas, pois na época uma das alternativas para a crise na agricultura era o desmatamento de áreas nativas para a queima do carvão e a vinda dos

visitantes para o município criava um certo pânico por se achar que os turistas iriam denunciar práticas ilegais de desmatamento (situação que ocorreu, de fato, em várias oportunidades).

Os demais entrevistados informaram que o pouco que era debatido, geralmente o era em algumas poucas palestras feitas na escola e em algumas disciplinas específicas, como química, biologia, filosofia e sociologia, quando ministradas por professores que já possuem alguma ligação com as entidades ou então conhecem o trabalho desenvolvido por elas, mesmo morando em outros municípios. Neste sentido, Carlos destaca que *“os professores de fora dão mais valor para o que temos aqui do que alguns professores de Santa Rosa de Lima”*.

Luiz afirma que, durante a formação dele,

a visão dos professores era dividida. Tinha professores que tinham uma visão mais focada e alguns – sabe como é Santa Rosa, né? – eram contra o projeto. Sem nenhum motivo específico, mas eram contra” (Luiz 22 anos).

Muitas vezes, por se tratar de um município pequeno rural, o fato de um profissional da educação não gostar pessoalmente de outro, pode fazer com que ele busque gerar dificuldades para uma proposta ou um projeto de desenvolvimento por defendido por este. Há também divergência de visão de mundo entre professores e ou funcionários e destes com aqueles que estão à frente das entidades – e que eventualmente também são professores. O mundo da política partidária local também contamina essas relações. Por esse motivo, não ocorre uma interação das partes, o que prejudica, de forma direta ou indireta, todo o desenvolvimento do município.

De forma geral, pode-se indicar, pelas entrevistas, que a escola não possibilita uma troca de informações que permita a ela própria avaliar o que seria melhor para o futuro desses jovens. Para a escola, professores e/ou funcionários, a melhor (ou única) alternativa ainda é os alunos prestarem um vestibular e/ou procurarem um emprego em alguma atividade/área que não seja voltada/ligada à agricultura. Embora já tenha ocorrido algumas mudanças, a escola ainda não proporciona/ou, para a maioria dos jovens, motivação ou interesse em ficar no município. Isso tem ocorrido quando o jovem está inserido em um

contexto diferente – o que inclui a ligação com as entidades analisadas – e/ou cursa outras formações que possibilitaram a ele ver o campo de uma forma diferenciada daquela visão transmitida pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, teve como objetivo investigar fatores determinantes para jovens, filhos e filhas de associados da Agreco e Acolhida na Colônia, na decisão da permanência ou saída do município tentando identificar o papel da escola neste contexto.

Para que o objetivo fosse definido, revisitei a história da minha família e minha própria trajetória de vida. Pude perceber, ao fazer este esforço, alguns fatos marcantes neste caminhar: a convivência em família, tão próxima na agricultura familiar e que me permitiu acompanhar dificuldades e vitórias de meus pais e avós; o surgimento da Agreco e Acolhida na Colônia e a contribuição destas organizações para nossas vidas (e do município) e, por fim e não menos importante, a Licenciatura em Educação do Campo, que possibilitou, dentre outras coisas, questionar a participação da escola no futuro do campo, especialmente na decisão dos/as jovens em ficar ou partir de Santa Rosa de Lima.

Definido o objetivo, busquei, para alcançá-lo, sistematizar e analisar informações e reflexões já realizadas sobre Santa Rosa de Lima e aspectos importantes para a compreensão dos resultados de pesquisa. Dei ênfase em mostrar que o município é rural, que a educação foi negligenciada, sobretudo aos/as moradores das comunidades rurais, a partir do processo de nucleação. Resgatei a história da criação da Agreco e Acolhida na Colônia. Busquei compreender mais sobre a juventude rural e sobre a educação do campo.

Busquei, através da realização das entrevistas com os/as jovens das entidades citadas, identificar fatores que estão contribuindo para a decisão de permanência ou saída do município e suas perspectivas para o futuro, situando o papel da escola local neste contexto.

Pude perceber, através dos estudos empreendidos, que os/as entrevistados reconhecem na Agreco e Acolhida na Colônia oportunidades de obtenção de renda nas unidades de produção familiar, melhoria da autoestima, a ampliação de horizontes, a produção de alimentos saudáveis e, conseqüentemente, impactos positivos na saúde, além da melhoria da condição ambiental. Além disso, os/as jovens acreditam que embora o município não ofereça grandes oportunidades

de emprego, a Agreco e a Acolhida possibilitam que a população tenha uma alternativa na agricultura ou então desenvolvendo atividades não agrícolas como o agroturismo.

Para alguns/mas entrevistados/as, existe diferença entre aqueles/as que possuem ligações com as entidades ou não, na questão do êxodo rural, sendo que os/as envolvidos/as com a Agreco e Acolhida na Colônia estariam mais interessados na permanência no município. Essas diferenças estariam ligadas ao envolvimento e oportunidades que as entidades vêm proporcionando a esses/as jovens. Apesar da Agreco não envolver tanto os/as jovens no início de sua atuação, ela nunca deixou de apoiar e mobilizar ações para a juventude dos municípios que a integravam, como, por exemplo, o Cedejor.

Através dessa vivência nas entidades e o apoio que elas proporcionavam em casos como o Cedejor, atualmente é possível verificar que a participação não ocorre apenas no âmbito da propriedade rural, mas também na vida associativa, em cursos, reuniões e na gestão das entidades.

Ainda do ponto de vista das motivações para a permanência desses/as jovens no município, a valorização da convivência familiar e o forte vínculo entre os sujeitos entrevistados para com o seu local de origem e seu orgulho por estarem morando em Santa Rosa de Lima, está presente em grande parte das falas dos/as entrevistados/as.

Analisando o ponto de vista dos/as jovens quanto o papel da escola nesse processo da permanência no município, eles/as acreditam que ela teria um papel importante. Entretanto, ficou evidente nas falas que existe um grande preconceito por parte de algumas pessoas que trabalham com a educação, aconselhando os/as jovens a estudar, sair para ser alguém na vida, levantando a falsa ideia de que o/a trabalhador/a do campo é sujeito sem oportunidades, a quem só restou ficar.

Os/as entrevistados/as apontam indícios do distanciamento da escola com a realidade de Santa Rosa de Lima ilustrando que, como na maioria das escolas, o foco do processo de ensino-aprendizagem é pautado no vestibular como única possibilidade de desenvolvimento, mesmo em um município do campo. Para aqueles/as que não pretendem cursar a Universidade, as atividades agrícolas e não agrícolas não

poderiam ser alternativas para o desenvolvimento dos/as jovens? O estudo não poderia ser utilizado para aperfeiçoar o trabalho nas propriedades rurais?

Uma educação comprometida com os sujeitos do campo pode ser transformadora. É necessária uma reaproximação das escolas do campo com suas realidades, valorizando dessa forma os conhecimento e saberes desses/as sujeitos/as do campo.

Finalmente reconheço a limitação de meu trabalho, especialmente em termos de entrevistas e análise, resultado do pouco tempo disponível para realização do mesmo dada a sobrecarga de disciplinas e estágios realizados no semestre. Acredito que seria interessante ampliar o foco da pesquisa, incluindo jovens que não estão inseridos nas entidades. Será que a visão deles é semelhante? Como será que eles/as percebem o movimento do orgânico e do agroturismo em Santa Rosa de Lima? Estas são pistas para novas pesquisas que poderão contribuir para o aprimoramento das iniciativas municipais que animam a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Estatuto da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia**. Santa Rosa de Lima, 1999.

ANJOS, F.S. “Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas”. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 17, outubro, 2001.

ASSING, Heloisa. **O ENVOLVIMENTO DA ESCOLA NO DEBATE DE QUESTÕES DO SEU ENTORNO**: a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas em Santa Rosa de Lima.. 2014. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Educação do Campo, Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ASSING, Leandro. **Relatório final/Síntese dos Tempos Comunidades de 2013**: A escola: caracterização histórica, cultural, geográfica e social. Santa Rosa de Lima: [s.i], 2013.

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **DA VIDA DAS ESCOLAS RURAIS ISOLADAS A UMA ESCOLA ISOLADA DA VIDA RURAL:: APRENDIZAGENS DO PROCESSO DE NUCLEAÇÃO EM SANTA ROSA DE LIMA..** 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103417>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BERTOLDO WEBER (Santa Rosa de Lima) (Ed.). **SANTA ROSA DE LIMA: A CAPITAL AGROECOLÓGICA**. 2007. Fonte: Jornal Notisul, 21/11/2007, edição 2219, pág. 07. Disponível em: <<http://www.amurel.org.br/noticias/index/ver/codMapaItem/41791/codNoticia/155963>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Ana Salomão. Ministério da Educação (Org.). **Maioria é feminina em ingresso e conclusão nas universidades**. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=21140:maioria->

e-feminina-em-ingresso-e-conclusao-nas-universidades>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (2013). Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.. **dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Fundação capes. Ministério da Educação. **PIBID Diversidade**. 2013. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid-diversidade>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa: Ensino Médio Inovador – Documento Orientador. Brasília, set. 2009._____. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Diário Oficial da União. Brasília, 13 out. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. (Org.). **Destino Referência em Segmentos Turísticos**. [20-?]. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/_Case_do_projeto_Metodologia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Destino Referência em Turismo Rural: Serra Geral**. [20-?]. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/serra_geral.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CAMARANO, A. A.; Abramovay, R. êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998

CENSO EDUCACIONAL, 2014. Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 1997/2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acessado em: 18 de Jun. 2016.

DANTAS, EDS et al. Empreendedorismo Juvenil Rural: Estímulo à Permanência dos Jovens no Campo. Em Extensão , Uberlândia, v 13, n.. 2, p. 37-48, jul./dez. De 2014.

ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **O RURAL E O URBANO BRASILEIRO: Definições em debate.** Porto Alegre: gab, 2010. 10 p. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1862>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 237-271. ISSN 1413-0580

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**, 2003. Dissertação apresentada na Unicamp, Campinas, SC

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Manifesto à Sociedade Brasileira**, Brasília-DF, 21 de Agosto de 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUZZATTI, Thaise Costa. **O Agroturismo como Elemento Dinamizador na Construção de Territórios Rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC).** 2010. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94046?locale-attribute=en>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

GUZZATTI, Thaise Costa; TURNES, Valério Alécio; BASTEZINI, Daiana Andréia. **Cooperagreco: seus desafios e suas conquistas: s.** Cooperativa de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra (Santa Catarina). Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, 2012. 44 p. (Estudos de Caso).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421560&search=santa-catarina|santa-rosa-de-lima|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421560&idtema=3&search=santa-catarina|santa-rosa-de-lima|censo-agropecuario-2006>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

LECAMPO- LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Alteração curricular**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. (Impresso).

MATOS, A.G. de. **Desenvolvimento, autonomia e academia**. In> LIMA, D. M de A. e WILKINSON, J. (orgs). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MARTINS, Josenei. **Pedagogias Agrícolas: Continuidades e Rupturas**: Uma abordagem educacional sobre transições agroecológicas. 2013. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103520>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MDA (Brasil). **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Brasília: Governo Federal, 2016. 19 f.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico**: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistema). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Dr. Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Dr^a Marília Patta. Situação e Perspectivas dos Jovens Rurais no Campo. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, S.i. **Anais...** .S.i.: Ipea, 2011. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3artigo20.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

RAFALSKI, Josiane. **EDUCAÇÃO, QUESTÕES DE GÊNERO E PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA JOVENS AGRICULTORAS**: estudo de caso com alunas do 3o ano do ensino médio em escola situada no campo em Major Vieira (SC). 2015. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Educação do Campo, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANTA ROSA DE LIMA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA. (Ed.). **CAPITAL CATARINENSE DA AGROECOLOGIA**. 2015. Disponível em: <<http://www.santarosadelima.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/16254>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SANTA ROSA DE LIMA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA. (Ed.). **ASPECTOS ECONÔMICOS**. 2015. Disponível em: <<http://www.santarosadelima.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/16254>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SCHMIDT, Wilson. **EDUCAÇÃO; DO CAMPO, SIM. MAS QUE CAMPO? E QUANDO CAMPO?** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2011, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: Ufsc, 2011. p. 1 - 15.

SCHMIDT, Wilson. **Texto sobre mambembe para Projeto atendendo solicitação da Professora Beatriz Hanff**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <wilson.schmidt@ufsc.br>. em: 10 jul. 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. "Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar." *Revista agriculturas: experiências em Agroecologia* 8 (2011): 26-29.

TENFEN, Roberto João. **Rio Fortuna: nossa terra, nossa gente.** Florianópolis: [s.n], 1997. P. 353.

TURNES, V. A. **Diretrizes para a elaboração do plano de desenvolvimento local.** Cocal do Sul – SC. 1996, 154 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

VEIGA, José Eli Da. A dimensão rural do brasil. [S.L.]. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12o496.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: PIQUET, Rosélia; OLIVEIRA, Elzira de (Org.). **Economia e Território no Brasil Contemporâneo.** S.i.: S.i., 2007. p. 1-20. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Mudancas_nas_relacoes_entre_espacos.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude Rural no Contexto da Agricultura Familiar: Migração e Investimento nos estudos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais... .** [s.l.]: Ucs, 2012. p. 1 - 16.

ZANOL, Silvia Verona. **Juventude Rural: Projetos Juvenis no Contexto das Novas Ruralidades.** 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Agroecossistema, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1ª Bloco – Caracterização dos/as entrevistados/as

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Escolaridade:
- 4- Onde mora:
- 5- Qual sua profissão:
- 6- Nome do Pai:
- 7- Profissão do Pai:
- 8- Nome da mãe:
- 9- Profissão da mãe:

2ª Bloco – Jovem na Acolhida na Colônia e Agreco

- 1- Sua família é associada a Agreco e AC?
- 2- Você sabe explicar a razão de terem se associado?
- 3- E você, é sócio/a? Se sim, qual a razão? Se não, qual a razão?
- 4- Essas organizações trouxeram algum benefício para sua família? Se positivo, cite quais?
- 5- As organizações trouxeram alguma coisa ruim para sua família? O que você identifica?
- 6- Essas organizações trouxeram algum benefício para o município? Se positivo, cite quais?
- 7- As organizações trouxeram alguma coisa ruim para o município? O que você identifica?
- 8- Você identifica que estas entidades são importantes para a sua vida? Caso positivo, por quais razões?
- 9- Você participação nestas associações? Caso positivo, de que forma?
- 10- Na sua opinião, estas entidades promoveram historicamente a participação de jovens agricultores? Caso positivo, explique/exemplifique sua resposta.

- 11- Você acha que há alguma diferença entre jovens filhos de agricultores não associados e jovens associados? Explique sua resposta.

3ª Bloco – Permanência do jovem no campo

- 1- Quais as suas perspectivas para o futuro?
- 2- O que você pensa de Santa Rosa de Lima como local de moradia e trabalho?
- 3- Você pensa em permanecer no município? Caso positivo, como imagina seu futuro?
- 4- Caso você queira permanecer em Santa Rosa de Lima, quais fatores o influenciaram nessa escolha?
- 5- O que sua família pensa de sua motivação em permanecer no município?
- 6- Você acha que os jovens, filhos e filhas de agricultores, em sua maioria pensam em sair ou ficar no município?
- 7- Você acha que em Santa Rosa de Lima há uma reversão da tendência de migração de jovens para cidades maiores? Caso positivo, ao que você atribui tal mudança? Caso negativo, justifique sua resposta.
- 8- O que você acha fundamental para que jovens tenham interesse em permanecer no campo?
- 9- Segundo a questão anterior, você acredita que a escola teria um papel importante? Qual seria?

4ª Bloco – O papel da escola para o futuro dos jovens associados

- 1- Em que escola você estudou (ensino fundamental e médio)?
- 2- Em que ano você terminou o ensino médio?
- 3- Na sua decisão de ficar (ou partir - pergunta conforme a resposta nas questões anteriores), qual foi o papel da escola? Justifique sua resposta.
- 4- O tema agroecologia e agroturismo foram debatidos na escola (de forma geral ou em disciplinas) durante sua formação? Caso positivo, apresente exemplos que você lembra.
- 5- Em sua época, qual era a visão da escola (professores e professoras) sobre o campo e SRL? Você era incentivado a permanecer ou sair? Poderia dar algum exemplo?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Thaise Costa Guzzatti, cujo objetivo é *investigar fatores determinantes para jovens, filhos e filhas de associados da Agreco e Acolhida na Colônia, na decisão (mesmo que provisória já que são jovens) da permanência no município, tentando identificar o papel da escola neste contexto.*

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela professora orientadora fone 48,88240132.

Leandro Assing
Matrícula: 12205385

Local e data

Atenciosamente

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome do Entrevistado

Local e data